

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS CÃES LADRAM MAS A CARAVANA NÃO PARA:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE POLICIAMENTO COM CÃES NO DF

Autor: Edi Alves de Oliveira Neto

Brasília, 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

OS CÃES LADRAM MAS A CARAVANA NÃO PARA:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE POLICIAMENTO COM CÃES NO DF

Autor: Edi Alves de Oliveira Neto

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para
obtenção de título de Mestre.

Brasília, março de 2016.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS CÃES LADRAM MAS A CARAVANA NÃO PARA:
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE POLICIAMENTO COM CÃES NO DF

Autor: Edi Alves de Oliveira Neto

Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Maria Stela Grossi Porto (SOL/UnB)

Banca: Prof^{fa}. Dr^a. Maria Stela Grossi Porto (SOL/UnB) – Presidente
Prof^{fa}. Dr^a. Haydeé Gloria Caruzo (SOL/UnB)
Prof^o. Dr^o. Bruno Amaral de Sousa Machado (FESMPDFT)
Prof^o. Dr^o. Artur Trindade Maranhão Costa (SOL/UnB) - Suplente

Agradecimentos

Este trabalho é fruto não apenas do meu empenho como sociólogo mas de toda uma trajetória de vida nestes últimos dois anos. Muitas pessoas fizeram parte desta trajetória, com companheirismo e amizade. Este trabalho não seria o que é não fosse a presença de todos com quem convivi neste período. Só tenho a agradecer a todos vocês.

Agradeço a meus avós Milza, Shigueo e Ruth, a minha mãe Cybelle, a minhas irmãs Paula, Isabella e Sofia, a minhas tias Regiane e Márcia e a minhas primas Marielle e Bárbara. Não chegaria aonde cheguei sem vocês.

Tenho muito o que agradecer a minha orientadora, Maria Stela Grossi Porto. Por mais de seis anos trabalhamos juntos, desde a minha primeira aula de sociologia, como seu aluno, até hoje, como orientando de mestrado. Com poucas pessoas aprendi tanto sobre a profissão de sociólogo, de professor e de pesquisador. Seu carinho e amparo em momentos de grande dificuldade foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Obrigado por tudo Stela.

Agradeço aos professores Haydée Glória Caruso e Bruno Amaral Machado pelas indicações dadas na qualificação do projeto desta pesquisa.

Agradeço aos meus companheiros de curso e amigos do departamento. Sem pessoas maravilhosas como Camilla Santana e Camila Galetti, este percurso teria sido bem menos prazeroso.

Agradeço a meus amigos Yuri Cruvinel, Rodolfo Cabral, José Guilherme, Ivan Sérgio, José Ricardo, Felipe Queiroz, João Marcelo, Murillo Fernandes, Pedro Lucas, Renato Rodrigues, Vinícius Vilela, Thaina França, Camila Cuquetto e Laura Fernandes. Amigos de vida. Fala que é nois.

Fiz muitos amigos durante o trabalho de campo. Agradeço a Ademar Barros, Arthur Langckamer, Alexandre Pereira e todo o efetivo do BpCaes. Agradeço a Marcelo Azem e Cláudio por toda ajuda, e ao pessoal do SECAN. Agradeço também Cordeiro, Tenenbaum,

Tobias, Damacena e João Carlos, pelo apoio do GOC ao trabalho. Conviver com vocês foi de muito aprendizado. Obrigado.

Agradeço a PMDF, PF e PRF pela autorização para a realização desta pesquisa. É reconfortante conhecer policiais que acreditam no diálogo com a academia.

Agradeço a todo o corpo docente do SOL/UnB pelas matérias ofertadas e pelo convívio prazeroso. Agradeço aos servidores Paula, Patricia e Leonardo, que muito me ajudaram nos caminhos burocráticos que acompanham a academia.

Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro e confiança no trabalho.

Polícia, Bandido, Cachorro, Dentista

(Sérgio Sampaio)

“Eu tenho medo de polícia, de bandido, de cachorro e de dentista
Porque polícia quando chega vai batendo em quem não tem nada com isso
Porque bandido quase sempre quando atira não acerta no que mira
Porque cachorro quando ataca pode às vezes atacar o seu amigo
Porque dentista policia a minha boca como se fosse bandido
Porque bandido age sempre às escuras como se fosse cachorro
Porque cachorro não distingue o inimigo como se fosse polícia

Porque polícia bandideia minha boca como se fosse dentista

Dentista, dentista...”

Resumo

Esta pesquisa é um estudo cujo objeto foi o policiamento especializado com cães em detecção de substâncias (narcóticos e explosivos) feito no Distrito Federal em três unidades policiais caninas, o Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal (BpCaes/PMDF), o Grupo de Operação com Cães da Polícia Rodoviária Federal (GOC/DF) e o Serviço de Canil Central da Polícia Federal (SECAN/PF).

O foco desta pesquisa de mestrado foi nas especificidades do trabalho de detecção de substâncias com cães policiais, na relação desta forma de policiamento com as estruturas de segurança pública e do crime de narcotráfico, e também daquilo que poderíamos chamar de identidade policial dos *cachorreiros*, como são chamados, por eles mesmos, os policiais que trabalham com cães.

Para isso foi realizado um acompanhamento etnográfico do trabalho destas três unidades policiais por um período de aproximadamente três meses, e foram realizadas entrevistas com alguns policiais ao fim da etnografia

O objetivo não é apenas descrever o trabalho de policiamento com cães, mas analisar este tipo de trabalho e seus efeitos sociais partindo da ideia de que a fiscalização e as abordagens são as principais formas de contato entre a população em geral e as corporações policiais.

Cabe ressaltar que este é um estudo exploratório sobre um objeto que, no Brasil, ainda não é discutido sob o olhar da sociologia, que é o policiamento com cães. Este empenho foi realizado em duas frentes, uma acerca das especificidades relacionadas à identidade profissional dos policiais, e outra sobre temáticas que envolvem o policiamento com cães, a segurança pública e a sociedade.

Além das questões sobre a identidade profissional dos *cachorreiros*, o estudo do policiamento com cães mostrou como é rico o estudo do policiamento especializado, e também, em escala diferente, da relação entre homem e animais, para a sociologia.

Palavras-chave: Polícia, policiamento com cães, identidade, etnografia, segurança pública, tráfico de drogas.

Abstract

This research is a study whose object is the specialized policing work with dogs in detecting substances (narcotics and explosives) made in the Federal District in three canine police units, the Dog's Policing Battalion of the Military Police of the Federal District (BpCaes / PMDF), the Group of Operation with Dogs of the Federal Highway Police (GOC / DF) and the Federal Police Kennel Service (SECAN / PF).

The research's focus was the specificities of policing work with dogs, and about the relations between this form of policing and the public security structures and drug trafficking crime, and also about what we might call the police identity of *cachorreiros*, as they are called by themselves.

The ethnographic work in these three Police units lasted nearly three months. Reaching the end of the research, a group of Police officers were interviewed.

The specific goal is not only to describe the policing work with dogs, but to analyse its social effects considering that the police approach and the police oversight are the two main forms of contact between the civil society and the police corps.

The object of this exploratory study, policing work with dogs in Brazil, is still poorly discussed in sociology. The research process was made on two fronts: the first one was about the specificities of *cachorreiros* professional identity and the second one involved the police work with dogs, public security and society.

In addition to the questions about the professional identity of cachorreiros, policing work with dogs study showed how rich for sociology is the study of specialized policing, and also, on a different scale, the relationship between man and animals.

Key-words: Police, policing work with dogs, identity, ethnography, public security, drug traffick.

Sumário

Agradecimentos	4
Resumo	7
Abstract	8
Lista de Siglas	11
Introdução	12
Capítulo 1 – Contexto Empírico e Metodológico da Pesquisa	19
1.1 Objeto de Pesquisa	21
1.2 Os primeiros contatos	26
1.3 Notas de campo no BpCaes	29
1.4 Notas de campo no GOC	31
1.5 Notas de campo no SECAN	33

Capítulo 2 – Ser Cachorro: Questões identitárias no trabalho

com cães policiais -----	36
2.1 Formação policial e Cursos -----	37
2.2 A rotina de treinamento e de cuidado com os cães -----	47
2.3 Cão <i>Pet versus</i> Cão de trabalho -----	54
2.4 Binômio Policial/Cão -----	61

Capítulo 3 – Policiamento com cães, Segurança Pública e Sociedade ----- **64**

3.1 A abordagem policial com a presença do cão -----	68
3.2 O cão como instrumento de coerção social -----	71
3.3 O cão como instrumento de comunicação social -----	75
3.4 Crime Organizado, Narcotráfico e Violência no Brasil -----	77
3.5 Usuários e traficantes, a Nova Lei de Drogas e estrutura policial -	81

Considerações Finais ----- **86**

Bibliografia ----- **90**

Lista de Siglas

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

COE – Companhia de Operações Especiais

CPCaes – Companhia de Policiamento com Cães

DF – Distrito Federal (UF)

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás

BPEB – Batalhão de Polícia do Exército de Brasília

EB – Exército Brasileiro

PE – Polícia do Exército

PF – Polícia Federal

PRF – Polícia Rodoviária Federal

CBDF – Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

GBS – Grupamento de Busca e Salvamento

BPCaes – Batalhão de Policiamento com Cães

GOC – Grupo de Operações com Cães

Introdução

Esta dissertação de mestrado é um estudo cujo objeto foi o policiamento especializado com cães em detecção de substâncias (narcóticos e explosivos) feito no Distrito Federal em três unidades policiais caninas, o Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal (BPCaes/PMDF), o Grupo de Operação com Cães da Polícia Rodoviária Federal (GOC/DF) e o Serviço de Canil Central da Polícia Federal (SECAN/PF). A pesquisa visou analisar as especificidades do trabalho policial com cães na formação dos policiais, no treinamento dos cães e no atendimento às demandas recebidas. Para isso foi realizado um acompanhamento etnográfico do trabalho destas três unidades policiais por um período de aproximadamente três meses, e foram realizadas entrevistas com alguns policiais ao fim da etnografia. O objetivo não é apenas descrever o trabalho de policiamento com cães, mas analisar este tipo de trabalho partindo da ideia de que a fiscalização e as abordagens são as principais formas de contato entre a população em geral e as corporações policiais.

Atividades análogas à atividade policial sempre existiram em diversas sociedades no decorrer da história, cada uma desenvolvida à sua maneira. Segundo Costa (2004) a atividade policial é uma atividade política por natureza, pois diz respeito à forma como o controle e a autoridade se estabelecem em uma sociedade.

Max Weber (1991) traz a ideia clássica da reivindicação estatal sobre o *monopólio legítimo da violência* como reivindicação permanente do *Estado*, demonstrando a intenção das *comunidades políticas dominantes* em manter o controle sobre o uso da força dentro de seu território (MONJARDET, 2002). Nas sociedades democráticas, o que caracteriza a

atividade policial é a necessidade da regulação do uso da força¹ (COSTA, 2004), o que inviabiliza o seu cumprimento pelas instituições militares que são caracterizadas por atuar em situações excepcionais e com maior propensão ao uso da força. A violência perdeu sua legitimidade no espaço público das democracias ocidentais, principalmente nas questões políticas² (WIEVIORKA, 1997).

Dada a pluralidade de realidades encontradas dentro do trabalho policial, sua definição também é diversa. Bittner (2003) define a polícia como um mecanismo de aplicação e distribuição de força, a partir de uma dada situação. Já Bayley (2002) define como polícia um conjunto de agentes autorizados por um grupo a regular as relações interpessoais dentro deste, podendo fazer o uso da força. Estas duas definições possuem em comum a centralidade da força como instrumento na atividade policial. Na contramão desta ideia, Monjardet (2002) diz que o uso coercitivo da força não é a estratégia mais significativa da atividade policial, a qual compreende uma série de outras estratégias que também caracterizam esta atividade, como o uso de escutas telefônicas, quebras de sigilos bancários, campanas, a delação premiada, dentre outras presentes nas investigações policiais.

1 “Num regime democrático, a diferença fundamental entre polícia e exército reside no controle da força: se este não constitui uma questão central no caso das forças armadas, é justamente tal controle que torna as polícias compatíveis com um regime democrático. Assim, nem as estratégias de treinamento e intervenção militar nem as leis e códigos de conduta do exército necessariamente levam em consideração os limites do uso da força. Quando a conduta militar é avaliada — em tribunais militares, por exemplo —, o controle da força não é um problema central. Obviamente, exércitos podem ser empregados como polícias e vice-versa, mas isso é uma exceção que confirma a regra. Estruturalmente, ambos estão sempre de prontidão para usar a força, mas a polícia deve considerar a possibilidade de não usá-la ou de usá-la de forma limitada, mesmo quando isso implique o emprego de maiores recursos humanos e materiais. De modo geral, pode-se dizer que num regime democrático o controle social por meio da força militar é inapropriado.” (COSTA, 2004 : 69)

2 “Se a violência, mesmo não política, infra ou metapolítica, remete ao ponto central onde se situa a política, isso significa que ela surge e se desenvolve através das carências e dos limites do jogo político, e que ele pode também, se as condições políticas estiverem reunidas, regredir ou desaparecer em função de um tratamento institucional das demandas que ela vem traduzir. Entre essas condições, algumas se referem aos próprios atores, e particularmente, à sua capacidade de se constituírem em sujeitos conscientes daquilo que uma abertura política ou institucional pode-lhes apontar. (...) Outras condições se referem à capacidade dos atores políticos imporem, pela convicção ou pela pressão, fórmulas de intercâmbio, de negociação, de debate, onde os protagonistas da violência aprendem a transformar a não-relação por ela constituída em comunicação e relação, mesmo que extremamente tensa e conflitiva. O declínio da violência está frequentemente condicionado pela conjunção de fatores próprios aos atores — capazes de serem sujeitos e de se afastarem de lógicas de puro ódio ou barbárie — e de fatores próprios ao sistema no seio do qual eles evoluem, e aos atores políticos que sobre ele exercem uma influência.” (WIEVIORKA, 1997 : 37-38)

Normalmente, as práticas policiais que fazem uso da força, como a invasão de domicílios, contenção de indivíduos, contenção de distúrbios, controle de manifestações, revista íntima, dentre outros, trazem uma representação ofensiva aos anseios morais de uma sociedade democrática. Bittner (2003) diz que esta representação da polícia remete a uma falência moral da sociedade, na qual seus princípios mais puros ainda não são acompanhados dos meios corretos para assegurá-los.

Para Monjardet (2002) a definição do trabalho policial passa pela especificação de seu objeto, identificando o papel que foi socialmente destinado à polícia, buscando compreender como a atividade policial interfere nas relações sociais. Em outras palavras, para melhor definir o trabalho policial é preciso observar também quais foram as questões e demandas sociais para as quais a resposta designada foi o uso do aparato policial. É desta definição que mais me aproximo teoricamente neste trabalho.

A relação entre a polícia e a sociedade, em termos gerais, é uma das grandes questões da Segurança Pública atualmente. Normalmente tendo como pano de fundo uma situação de conflito, a relação entre policiais e cidadãos foi praticamente destruída em alguns locais. A quebra do diálogo entre a polícia e a sociedade foi decisiva para a situação de ineficiência da polícia em atender certas demandas e, num processo que se retroalimenta, a imagem destas corporações acabou cada vez mais depreciada. Pesquisas e estudos apontam que as relações entre as instituições policiais e a sociedade, principalmente e majoritariamente nos seus segmentos mais pobres e vulneráveis, são marcadas pelo uso da força de forma arbitrária, excessiva, desproporcional e até ilegal (COSTA, 2004). Dados do nono anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) mostram que mais de trinta por cento da população não está satisfeita com a atuação da polícia, sendo que esta insatisfação é maior entre os não brancos³.

É importante situar a atuação policial dentro das condições estruturais e sociais em que ela se apresenta. Os dados mais atuais mostram que os números sobre a violência têm aumentado no Brasil. Só em 2014 foram registradas ao menos 58.497 mortes violentas no

³ Dados do Anuário de 2015 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 67% da população autodeclarada não-negra se diz satisfeita com o trabalho da polícia, enquanto que entre os autodeclarados negros este número é de 62%. Complementarmente, 33% dos não-brancos se dizem insatisfeitos com o trabalho da polícia, enquanto que entre os negros este número sobe para 38%.

país⁴. A questão da segurança pública chegou a níveis alarmantes, e os índices de mortalidade dentro da segurança pública no Brasil superam índices de países em guerra declarada.

É neste contexto altamente violento que a relação entre as corporações policiais e a sociedade se desenvolve. Têm sido diversos os empenhos por parte das instituições de segurança pública em melhorar esta relação, principalmente no sentido de melhorar a imagem que o cidadão, enquanto contribuinte e usuário do serviço público de segurança, tem da atuação da polícia. Esta imagem se forma a partir de vários fatores, como por exemplo as mídias⁵, e dentre estes fatores também estão as formas de fiscalização e abordagem. Neste sentido as formas de policiamento especializado também possuem papel importante, visto que seus trabalhos possuem grande reverberação dentro das mídias e chamam a atenção daqueles que estão presentes quando estes acontecem.

No início do século XX, estudo de Rusche & Kirchheimer (2004) sobre as práticas repressivas e coercitivas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha apontou que as formas de controle do crime teriam passado por intensas transformações, acompanhadas por um rápido e intenso processo de adaptação às novas condições que a sociedade contemporânea apresenta (BECK, 1996)

Uma dessas mudanças é a expansão da infraestrutura da prevenção e combate ao crime e de segurança das comunidades, como o incentivo ao policiamento comunitário, gerenciamentos municipais e formações de redes de informação (GARLAND, 2008). Dentro desta expansão da estrutura de combate ao crime estão o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias para atividades policiais especializadas, como por exemplo o uso de cães policiais.

Atualmente o policiamento com cães recebe grande atenção da mídia⁶ e da sociedade civil. O uso de cães por forças armadas e policiais é historicamente recorrente em várias partes do mundo. Existem registros do uso de cães em combate nas civilizações

4 Dados relativos ao Anuário de 2015 do FBSP.

5 Segundo Porto (2009), na sociedade democrática contemporânea, as mídias estão entre as principais produtoras de representações sociais, dentre elas as representações sociais acerca da polícia e seu trabalho. Ainda segundo a autora, independentemente do conteúdo verdadeiro ou falso das representações sociais, elas são orientadoras das condutas dos indivíduos em suas relações sociais.

grega e egípcias⁷ este uso foi mais evidenciado nos tempos modernos a partir das duas Guerras Mundiais.

Na primeira Guerra Mundial os Estados Unidos já utilizaram cães para auxílio nas zonas de combate, transportando remédios, equipamentos e correspondências em locais de difícil acesso. Mas foi na Segunda Guerra Mundial que o uso destes animais foi então reconhecido, a partir dos cães antitanque treinados pelo exército soviético. Estes cães eram treinados para que, com explosivos de impacto presos ao corpo, seguissem para baixo dos tanques alemães, quando então os explosivos eram detonados. Esta estratégia se mostrou tão eficiente quanto problemática, mas independentemente de seu resultado prático, foi o primeiro passo para a criação de doutrinas de treinamento militar e policial para emprego de cães. Cabe ressaltar que para realizar o treinamento destes cães o exército russo recorreu principalmente a caçadores e à adestradores de circo, e que o treinamento de cães antitanque pelo exército russo permaneceu até meados de 1990 (MOODY & MURPHY, 2006).

No Brasil os relatos sobre os primeiros trabalhos policiais com cães remetem ao final da década de sessenta, em várias partes do país. Inicialmente o cão policial era empregado em situações de captura de suspeitos em fuga e em situações de ronda e abordagem. Atualmente é grande a diversidade de usos de cães de trabalho por instituições policiais, como por exemplo os trabalhos de detecção de narcóticos, de divisas, de material explosivo, além da busca por pessoas perdidas, tanto vivas quanto mortas. Nos últimos trinta anos, houve grande aumento no trabalho com cães policiais por todo o mundo, e no Brasil este trabalho também se encontra em expansão⁸.

Dada a enorme variedade de formas de trabalho com cães pelas forças de segurança pública, fez-se necessário um recorte do objeto. A partir desse recorte foi escolhido o policiamento de detecção de narcóticos (principalmente crack, maconha e pasta base de cocaína) e de explosivos. Este tipo de policiamento trabalha exclusivamente no

6 Durante meu trabalho de campo por muitas vezes pude acompanhar equipes de filmagem fazendo reportagens sobre o trabalho dos canis. A recorrência deste fato é tão grande que percebi já existir, em cada canil, um certo esquema prévio sobre o que mostrar para a reportagem, quais cães usar e quais policiais possuem maior desenvoltura e merecimento para conduzir a reportagem e ser o porta-voz do canil.

7 Uma apresentação mais profunda sobre a história dos cães de trabalho pode ser encontrada nos trabalhos de Fiorone (1970) e Moody & Murphy (2006)

enfrentamento de atividades ilegais, ou seja, exclusivamente no enfrentamento ao crime. Dessa forma está localizado em um pequeno conjunto de atividades policiais que lida com o chamado “crime de verdade”. Este fato foi decisivo para a escolha deste objeto.

O Distrito Federal mostrou-se um local com grande potencial para o estudo dos usos dos cães policiais, já que possui cinco instituições que possuem trabalho reconhecido na área, que são o Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal (BPCaes/PMDF), o Grupo de Operação com Cães da Polícia Rodoviária Federal (GOC/PRF), o Serviço de Canil Central da Polícia Federal (SECAN/PF), o Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (GBS/CBDF) e a Seção de Cães de Guerra do BPEB. Além disso, a Polícia Civil do Distrito Federal possui planos de implementar um serviço de canil policial⁹ para atender demandas próprias, visto que existe um histórico de conflitos em relação ao trabalho em conjunto com unidades caninas de outras corporações¹⁰. Os locais escolhidos para o trabalho de campo foram o BPCaes, o GOC e o SECAN.

A organização do trabalho foi feita da seguinte forma:

O primeiro capítulo, “*Contexto empírico e metodológico da pesquisa*” apresenta ao leitor como se desenvolveu, desde os primeiros contatos, a parte empírica da pesquisa, ressaltando os obstáculos encontrados e as escolhas metodológicas feitas. Neste capítulo apresento situações e dados relativos principalmente à etnografia, como por exemplo a

8 Durante minha pesquisa de campo foi-me relatado que cada vez mais as corporações policiais pelo Brasil se interessavam em desenvolver o policiamento com cães. No BPCaes pude acompanhar por duas vezes instruções em conjunto com a turma do primeiro curso de cinotecnia da PMGO que incorporava também o trabalho de detecção. Na PRF, que já possui canis em 12 unidades federativas, foi-me relatado que mais três canis seriam criados em 2016 e que, também neste ano, provavelmente seria iniciada a construção do canil central em Brasília. Além disso, órgãos como o Ministério da Fazenda e Receita Federal já contataram unidades policiais demonstrando interesse em desenvolver o trabalho com cães para atender a demandas próprias. Estes fatos mostram como o policiamento especializado com cães tem se disseminado como prática pelas instituições policiais e de segurança pública.

9 A PCDF construiu a estrutura física do que seria seu canil, mas a proximidade com locais para a prática de tiro inviabilizou o trabalho nesta estrutura. Portanto neste momento o projeto de iniciar o trabalho com cães policiais está parado.

10 A despeito do uso do cão para detecção de substâncias possuir grande utilidade nos processos de investigação criminal, poucas unidades de Polícia Civil fazem este tipo de trabalho. Por isso comumente recorrem a unidades de outras corporações policiais em busca de ajuda com cães de detecção. Durante a pesquisa de campo eram recorrentes relatos de conflitos entre a PCDF e algumas unidades de policiamento com cães a partir de trabalhos em conjunto. Aprofundarei nesta questão de conflito em outra seção no capítulo 3.

rotina dos canis, a escolha e o recorte do objeto, bem como as estratégias metodológicas escolhidas para trabalhá-lo.

No segundo Capítulo, “*Ser cachorro: Questões indetentárias no trabalho com cães policiais*” apresento discussões tópicas sobre pontos relacionados às especificidades tanto do policiamento quanto dos policiais das unidades caninas. São abordadas questões sobre a formação destes policiais, sobre a formação dos cães, sobre a relação entre as ideias de *cão pet* e *cão de trabalho*, sobre o cão como ferramenta policial, e sobre o *Binômio* Policial/Cão. São discutidos também pontos referentes à relação entre os humanos e os policiais dentro desta prática policial.

No terceiro capítulo, “*Policiamento com cães, Segurança Pública e Sociedade*”, trago questões relativas ao policiamento com cães dentro da relação entre polícia e sociedade. Temas como abordagem policial com cães, conflitos entre as corporações policiais e entre outras instituições de segurança pública, a presença dos cães como dispositivo de coerção social, o uso dos cães como meio de comunicação social pelas polícias e questões sobre a Nova Lei de Drogas são debatidos neste capítulo.

Para finalizar a introdução desta dissertação acho importante ressaltar que foram omitidas todas as identidades dos policiais que contribuíram para esta pesquisa, bem como não foram identificadas as instituições policiais, salvo em situações em que alguma corporação específica é tratada, e sua identificação se torna indispensável. Neste sentido, as entrevistas transcritas foram creditadas sob o codinome *Cachorro*, seguida de um número. Além disso algumas palavras e termos que poderiam identificar os policiais ou suas respectivas corporações foram substituídos para que, sem mudar o sentido do trecho, esta identificação não se realizasse.

Capítulo 1 – Contexto Empírico e Metodológico da Pesquisa

Para entender sociologicamente as especificidades de um trabalho policial especializado foi necessário obter informações que não estão abertamente expostas ao público em geral. Para uma perspectiva sociológica, faz-se necessária uma aproximação do objeto e de sua realidade social para além de sua mera descrição, a sua compreensão. Neste intuito a etnografia foi a principal abordagem metodológica adotada nesta dissertação.

A observação participante da rotina dos três canis¹¹ permitiu-me muito mais que apenas conhecer um campo de trabalho policial e animal de forma a poder descrevê-lo sistematicamente para tentar torná-lo familiar ao leitor desta dissertação. A etnografia foi importante para apresentar-me a um meio antes totalmente desconhecido, cuja observação e descrição situaram-me em seu cotidiano, em suas redes de contato e de informação, em sua estrutura hierárquica, seus valores. Em suma, permitiu-me conhecer de fato meu objeto de pesquisa.

Algumas características da chamada *cultura policial* (REINER, 2004) conferem certo isolamento das unidades policiais em relação à sociedade em geral, e a etnografia possibilitou-me ganhar a confiança dos policiais de forma a conseguir transitar mais livremente em seus grupos, e também permitindo, possivelmente, que os policiais agissem de forma menos *contaminada* pela minha presença. A observação do objeto em seu *habitat* natural, somado à confiança dos atores que, a participação constante do cotidiano confere ao pesquisador, permite que os atores sociais relatem de forma mais espontânea questões do seu dia a dia (WACQUANT, 2002)

Analisar sociologicamente a prática policial é analisar os significados e as representações por trás desta prática. Como uma ação social, o policiamento traz em si significados e intencionalidades, importantes para uma perspectiva compreensiva desta ação, como é a proposta deste trabalho. A partir da convivência constante com os policiais, consegui, em níveis diferentes, ganhar-lhes a confiança para transitar entre alguns deles de forma a que censurassem menos seus hábitos e rotina, conseguindo apreender uma realidade mais próxima daquela vivida por eles. Exemplo disso foi que a

11 Os três canis são do BPCaes/PMDF, GOC/PRF e SECAN/PF.

partir de certo momento do trabalho de campo, tornou-se mais comum os policiais conversarem, na minha presença, sobre situações de resolução *informal*¹² ou sobre aquilo que eles mesmo denominaram como *trabalho sujo*¹³.

Em momento algum fui a campo com a crença de que minha presença seria neutra e imparcial em relação à forma como os policiais desenvolveriam seu trabalho. Na perspectiva da *representação* de Goffman (1975), a presença de uma plateia específica altera a forma da encenação, pois os atores tendem a modificar a representação de seu papel levando em conta o que eles consideram que a plateia tem como expectativas de suas representações.

A forma que escolhi para tratar essa *contaminação*¹⁴ (MARTINS, 2008) gerada pela minha presença e interação com os atores foi tentar estar o mais alerta possível para estas possibilidades de interferência¹⁵. Neste sentido foi importante também a escolha de uma postura a ser seguida por mim durante o trabalho de campo, e que trouxesse, na minha visão, menos estranhamento e desconforto aos policiais. Em razão desta postura optei por não utilizar de um caderno de anotações enquanto estivesse em campo. Como acompanhava o trabalho em turnos matutino e vespertino, tratava de escrever o caderno de campo logo que possível após a saída da unidade policial.

A partir das questões apresentadas pela observação e participação da rotina dos canis, e da maior proximidade com os perfis dos atores, ao fim da etnografia optei por fazer algumas entrevistas. O objetivo foi me aprofundar sobre alguns pontos que julguei ainda precisar de esclarecimentos. Na polícia militar, em razão de sua estrutura hierárquica e organizacional, fiz maior número de entrevistas. O resultado das

12 Uma maior discussão sobre formas *informais* de resolução de situações de abordagem policial, ou seja, formas de se conduzir uma situação policial que diferem daquelas previstas em leis e normas de conduta, será apresentada em seção do capítulo 3.

13 Sobre a ideia de *trabalho sujo* na polícia, ver Mattos (2012)

14 Segundo Martins o conhecimento produzido pelo pesquisador está contaminado pela sua própria presença pois, ao participar da realidade social dos atores e ao interagir com estes, altera o senso comum destes.

15 Aqui cabe informar o fato de minha aparência estética ser bastante diferente dos padrões da polícia, não apenas da Polícia Militar, pois observei que este padrão se estende também para as outras corporações. Talvez por isso minha presença muito poucas vezes tenha passado despercebida em alguma situação, principalmente quando estavam presentes policiais de outras unidades que não aquelas que pesquisava.

entrevistas também ofereceu-me trechos que, transcritos para o leitor nesta dissertação, podem melhor apresentar traços da realidade social dos atores.

1.1 – O objeto de pesquisa

O objeto desta pesquisa é uma forma de policiamento especializado, o uso de cães policiais, especificamente com objetivo de detecção de substâncias narcóticas e explosivas.

A escolha deste objeto ocorreu quando mudei minha ideia original de estudar representações sociais de violência urbana em folhetins populares e me atentei para os estudos sobre o policiamento. Após algumas incursões nas produções nesta área, percebi que era pequena a produção de material sobre unidades e formas de policiamento especializado, sobre as quais já tinha interesse.

Minha primeira decisão então foi de estudar formas de policiamento especializado, consciente de seu potencial como objeto de investigação sociológica. Segundo Muniz & Paes-Machado, pela natureza política do policiamento o seu estudo permite melhor compreensão sobre os dispositivos e meios de coerção social e seus efeitos. Os autores também ressaltam que a atividade policial não é resultado apenas de fatores e eventos internos às corporações policiais, mas sim de um grande número de *organizações e arranjos coletivos* (MUNIZ & PAES-MACHADO, 2010), assim, seu estudo permite uma análise mais ampla em relação à realidade da segurança pública no Brasil.

A definição final do objeto se deu com a escolha, dentre as várias formas de policiamento especializado, do policiamento com cães para detecção de narcóticos e explosivos. Neste ponto acredito que muitos fatores influenciaram na escolha do policiamento com cães. O fato de criar cães em casa, o misticismo e curiosidade em torno deste tipo de trabalho e meu interesse particular em questões como segurança pública, polícia e narcotráfico. Mas no que se refere à intenção de produzir conhecimento sociológico, a singularidade da presença do cão e da relação entre homem e cão nesta atividade policial me instigaram a sua escolha¹⁶.

Se era pequena a produção sociológica sobre o tema do policiamento especializado, menor ainda era a produção sobre a relação entre homem e animal¹⁷, principalmente no cenário brasileiro. Recorri a produções fora do Brasil para situar a

¹⁶ Cabe aqui ressaltar que a relação entre policiais e cães, por mais seja bastante atrativa para uma perspectiva sociológica, não é o foco principal desta pesquisa.

discussão sobre esta relação dentro da sociologia. O potencial do objeto para pesquisa sociológica estava então consolidado, assim como sua escolha.

A análise deste objeto permitiu também a observação de elementos e arranjos sociais que compõem o atual quadro de segurança pública no Brasil. Práticas policiais não podem substituir, muito menos representar, modelos e políticas de segurança pública em sua totalidade mas podem ajudar a revelar elementos como prioridades estabelecidas, demandas sociais e formas de controle social que sejam típicos da sociedade em questão (SOARES, 2007).

De uma perspectiva sociológica, o policiamento especializado com cães permite ao pesquisador observar formas de desenvolvimento de respostas policiais a questões como o narcotráfico, o tráfico de explosivos e terrorismo, e também a questões relacionadas à segurança em manifestações públicas e em grandes eventos esportivos, como foi a Copa do Mundo no Brasil. Em outras palavras, pude analisar como estas unidades de polícia, na forma de técnicas e práticas de policiamento, respondem a algumas demandas da sociedade.

O estudo de formas de policiamento propicia a observação crítica da relação entre a polícia e o restante da sociedade, que recebe seus serviços, pois o debate acerca do policiamento remete aos contatos que a polícia estabelece com a sociedade, sendo o policiamento o principal meio de relação entre os dois (BAYLEY, 2002).

O trabalho com cães pela PMDF começou oficialmente em 10 de março de 1971 com a criação do Pelotão de Policiamento com Cães, sob o comando do capitão Francisco José Ottoni Leite e como parte do COE, a partir do Decreto nº 1.636. Em 1999 o Pelotão foi promovido a Companhia de Policiamento com Cães, como parte do chamado *Bopão*¹⁸. Esta companhia veio a se tornar o primeiro batalhão policial especializado no policiamento com cães do Brasil a partir do Decreto nº 31.793 de 14 de

17 Na sociologia a relação entre homens e animais tem sido majoritariamente discutida a partir dos debates sobre agência e self em não-humanos, o que ao meu ver se mostram mais como barreiras que como auxílio à perspectiva de estudos mais concretos sobre as relações socialmente construídas com os animais.

18 O termo *Bopão* refere-se à composição do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) anterior ao Decreto 31.793 de 11 de junho de 2010, quando era composto por quatro companhias: A Companhia de Policiamento com cães, a Companhia de Patrulhamento Tático, a Companhia de Policiamento de Choque e a Companhia de Operações Especiais.

junho de 2011, que criou o Batalhão de Policiamento com Cães (NOGUEIRA, 2015; ALEXANDRE, 2015)

Atualmente o efetivo do BpCaes é composto por 114 policiais dos quais 108 são homens e 6 são mulheres, e por 63 cães dentre os quais 14 são treinados para detectar narcóticos e armamento, 9 para detectar explosivos, 14 para busca e captura, 10 para o controle de distúrbios civis e 15 são filhotes em treinamento (NOGUEIRA, 2015). Esta unidade policial faz dois tipos de trabalho, divididos entre os *caçadores* e os *detectores*. Os *caçadores* são os policiais que possuem formação para conduzir cães de busca e captura. Respondem principalmente a chamados nos quais indivíduos suspeitos tenham fugido e se escondido em lugares inóspitos e de difícil acesso, como regiões de mata. Os *caçadores* lançam seus cães para farejar e buscar os indivíduos até encontrá-los e capturá-los com a mordida. Já os *detectores* são os policiais com formação para conduzir cães de detecção, normalmente operando em ambiente controlado, na busca por narcóticos ou por substâncias explosivas.

O Grupo de Operações com Cães (GOC) da PRF do Distrito Federal foi criado em 2008 e atualmente é composto por quatro agentes e quatro cães. A principal demanda atendida por esta unidade canina é a fiscalização de ônibus interestaduais. Durante a fiscalização, os cães buscam por narcóticos nas malas que estão nos bagageiros, nas malas de mão que estão com os passageiros e também no interior dos ônibus. Também são chamados para averiguar veículos e caminhões em situações suspeitas, nas quais os cães buscam por substâncias escondidas em compartimentos internos do carro e das cargas. Atualmente o GOC/DF trabalha apenas com cães de detecção de narcóticos.

Iniciado em 1988, o trabalho com cães na Polícia Federal engloba a detecção de narcóticos e também a detecção de explosivos. O Serviço de Canil Central (SECAN) é responsável pela formação dos policiais como operadores de cães e também pela formação e manutenção dos cães que irão operar nas diversas unidades caninas pelo Brasil. As demandas da PF atendidas pelas unidades caninas são diversas, indo desde a fiscalização de malas e passageiros em aeroportos até varreduras em embaixadas e em locais de eventos públicos. Atualmente o SECAN forma cães detectores de narcóticos e de explosivos. Seu quadro de pessoal é composto por quatro instrutores, que formam os

operadores, e dois operadores. Normalmente também ficam no SECAN operadores de outros estados que passam alguns meses fazendo treinamento.

Além das unidades com as quais trabalhei na pesquisa para esta dissertação, existem outras duas em Brasília, que são o Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros, a Seção de Cães de Guerra do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPEB), e o canil da Força Aérea Brasileira. No Corpo de Bombeiro, o trabalho com cães é para localização de pessoas perdidas e de cadáveres, principalmente em situações de desastres como soterramentos e desmoronamentos. Já no exército, os cães são utilizados para policiamento de fronteiras, operações militares e também para a fiscalização das instalações e dos recrutas das forças armadas, principalmente os soldados em treinamento que ficam alojados. A Seção dos Cães de Guerra é reconhecida no meio dos *cachorreiros* por possuir boa estrutura de canil e trabalho de excelência.

O foco desta pesquisa de mestrado foi nas especificidades do trabalho de detecção de substâncias com cães policiais e também daquilo que poderíamos chamar de identidade policial dos *cachorreiros*, como são chamados, por eles mesmos, os policiais que trabalham com cães.

A principal técnica de pesquisa empregada para obtenção dos dados desta pesquisa foi a etnografia. Dado o total desconhecimento por minha parte sobre o objeto escolhido para a pesquisa, e amparado pela leitura de outros trabalhos acadêmicos sobre unidades policiais especializadas¹⁹, a escolha da etnografia se deu para tentar remediar este desconhecimento prévio sobre o objeto. Foi uma escolha bem sucedida. Ao acompanhar a rotina de trabalho dentro e fora das unidades caninas escolhidas, pude observar de maneira privilegiada situações do cotidiano dos canis, observar treinamentos e instruções²⁰, conhecer o vocabulário e as simbologias que envolvem este tipo de policiamento e, principalmente, conseguir transitar dentro dos canis com a confiança de alguns policiais, embora não de todos²¹.

19 Estudos sobre unidades de policiamento especializado: CASTRO (1990), CASTRO (2011), LEIRNER (1997) e STORANI (2008)

20 *Instruções* é o termo utilizado no meio policial para designar aulas e treinamentos nos quais normalmente um ou mais instrutores instruem sobre técnicas e práticas para policiamento.

Ao fim da etnografia realizei algumas entrevistas com policiais que se dispuseram a concedê-las. Nestas entrevistas meu objetivo foi aprofundar algumas questões surgidas durante o trabalho etnográfico.

Fica explícito pela minha opção metodológica que apresentar generalizações ou tentar formular leis gerais acerca do objeto selecionado não são objetivos desta dissertação. Também não foi minha pretensão apresentar a totalidade da realidade dos atores envolvidos, o que nem creio ser sociologicamente possível. Muito menos foi pretensão desta dissertação fazer uma avaliação do trabalho das unidades policiais.

Meu objetivo foi olhar sociologicamente uma prática policial bastante singular, e que tem recebido cada vez maior atenção por parte da sociedade, dentro dos limites do recorte feito, ou seja, por meio da análise empírica das unidades policiais escolhidas, para buscar melhor compreendê-la.

21 Durante o trabalho de campo a desconfiança dos policiais se apresentou em duas formas. Parte dos policiais via meu trabalho de forma desconfiada baseados na ideia de que a academia “só fala mal” da polícia e, cientes nesta representação, se afastavam ou não ofereciam abertura para diálogo diante da minha presença. A outra forma de desconfiança apresentada por alguns policiais era de que meu trabalho era, de certa forma, político, e vinculado ao secretário da pasta de Segurança Pública do GDF. Este ponto será melhor discutido adiante.

1.2 – Os primeiros contatos

Meus primeiros contatos com os canis policiais foram feitos pouco antes da qualificação do projeto de mestrado, quando já havia decidido tanto o objeto quanto os locais a serem pesquisados. Inicialmente procurei pessoas que pudessem me apresentar a policiais que trabalhavam com cães para através deles entrar em contato com policiais que trabalhassem nos canis. Entendia que este contato informal seria mais eficiente e, de certa forma, mais respeitoso do que entrar em contato diretamente com os comandos gerais das instituições policiais²². Encontrei então pessoas que foram fundamentais para o estabelecimento dos primeiros contatos, quando, informalmente, apresentei-me aos responsáveis pelos policiais e pedi sua autorização para iniciar um pedido formal de autorização às corporações policiais.

Meu contato com a PMDF se estabeleceu a partir de um oficial do BPCaes que fazia um curso de pós-graduação em segurança pública no mesmo Departamento em que eu era aluno de mestrado, o SOL/UnB. Fomos apresentados por uma professora que fez parte da banca de qualificação do meu projeto e, coincidentemente, era orientadora do projeto final deste oficial. Ele me informou que havia a possibilidade de realizar minha pesquisa no BpCaes, e colocou-me em contato com o Comandante do batalhão. Propus então apresentar minha pesquisa ao Comandante, o qual logo autorizou sua realização.

Na época em que realizei minha pesquisa de campo um fato do campo político teve, principalmente nos *bastidores*, influência sobre a pesquisa. O professor Arthur Trindade, do SOL/UnB, exercia o cargo de Secretário de Segurança Pública e Paz Social do Distrito Federal, nomeado pelo então governador Rodrigo Rollemberg. Este cargo tradicionalmente era ocupado por policiais, sendo ele o primeiro *paisana* a ocupar tal cargo. Desde o início do meu trabalho, por diversas vezes, fui relacionado ao secretário devido ao fato de trabalharmos no mesmo departamento na UnB. Este fato por muitas vezes gerou desconfiança sobre minha presença.

²² Entendia que se optasse por iniciar meu contato com os canis já com pedidos de autorização formal para órgãos aos quais os canis estavam subordinados, as autorizações soariam como ordens de superiores. Por isso optei por primeiramente me apresentar e pedir autorização aos responsáveis pelos canis.

Principalmente durante as primeiras semanas da etnografia, alguns policiais desconfiavam que meu trabalho era um tipo de avaliação sobre o trabalho do canil, enquanto outros criticavam a pesquisa dizendo que esta só estava ocorrendo por ordem do secretário. Com o tempo, a maioria dos policiais entendeu que meu trabalho e minha profissão nada tinham a ver com o então secretário de Segurança Pública e Paz Social.

Em relação à PF, foi um amigo de família que me apresentou um agente da PF que trabalhava com ele. Este agente gentilmente me levou ao SECAN pela primeira vez. Lá ele parecia ser conhecido de alguns agentes, e um deles me apresentou as instalações do canil e falou sobre o trabalho lá realizado. Consegui então o contato do agente responsável pelo canil. Nos encontramos, apresentei a proposta de pesquisa e também recebi a autorização.

Com a PRF, recebi o contato de um policial de lá que trabalhava com cães através de uma amiga cujo trabalho²³ sobre a formação de policiais de uma unidade especializada foi bastante inspirador para meu próprio trabalho. O contato era de um agente que trabalhava na coordenação nacional dos grupos que trabalhavam com cães na PRF. Nos encontramos e tivemos longa conversa. Ele foi bastante solícito em relação à pesquisa, defendia a aproximação entre universidade e polícia, e me colocou em contato com um agente que trabalha no GOC do DF.

Em seguida me reuni com a equipe do GOC do DF e apresentei minha proposta de trabalho. Me alertaram para a dificuldade de agendarmos muitas visitas com antecedência devido ao fato de eles serem constantemente chamados para atender demandas de fiscalização em outros distritos. Dessa forma as visitas seriam marcadas uma por vez.

Após conseguir ainda em caráter informal as autorizações das unidades policiais escolhidas, prossegui com pedidos de autorização formal via ofícios. Na PM e PRF, levei os ofícios aos seus respectivos departamentos de protocolo geral, encaminhando aos responsáveis pelos canis. Na PF o ofício ficou com o responsável pelo canil, que encarregou-se de entregá-lo a quem cabia a autorização.

Dessa forma, os caminhos seguidos burocraticamente para conseguir a autorização se deram de forma completamente diferente. Enquanto aquelas entregues

23 CASTRO (2011)

formalmente aos protocolos da PMDF e PRF percorreram complexo caminho burocrático, a autorização formal da PF percorreu caminho simples, mesmo tendo demorado mais.

O responsável pelo SECAN, a quem entreguei o ofício pedindo autorização para a realização da pesquisa, me disse que devido a viagens dele e do delegado responsável pelo canil, me entregaria a autorização cerca de três semanas depois. Passadas aproximadamente quatro semanas, recebi dele a autorização já formalizada.

Já os caminhos burocráticos percorridos pelos ofícios entregues nas outras duas corporações policiais foram bastante diferentes. Ambos demoraram em torno de três semanas para chegar ao seu destino final e então respondidos com a autorização do trabalho. Durante este período, entrei em contato com as corporações para rastrear os ofícios e estimar sua resposta. Eles percorreram grande caminho, passando por vários departamentos e pessoas, que continuavam reenviando-os a outros departamentos. Parecia-me que as próprias corporações não sabiam para onde enviar o ofício, mesmo ele já contendo o destinatário. Por fim recebi, da PMDF e da PRF, a autorização e um pedido de uma réplica do trabalho para suas bibliotecas.

Já no início do trabalho de campo pude experimentar parte dos problemas burocráticos envolvidos nestas organizações e, mais que isso, perceber a importância do contato informal para adentrar instituições que historicamente se fecharam em relação ao contato externo²⁴.

2.2 – Notas de campo no BpCaes

24 Para Bittner (2003), na medida em que se estabelece um *espírito fraternal* que une os membros da polícia, este mesmo *espírito* os segrega do restante da sociedade. Além disso, ainda segundo o autor, os departamentos de polícia costumam acomodar uma grande e complexa *rede de segredos compartilhados*, protegidos por uma “*omissão sistemática de informação*” (BITTNER, 2003 : 157).

Logo que iniciei minha pesquisa no BPCaes, ficou acordado que eu acompanharia os treinamentos dentro e fora do batalhão, e que só poderia acompanhar trabalhos de rua quando houvesse um chamado para uma situação já sob controle. Dada esta limitação, optei por acompanhar principalmente a equipe de treinamento, que é responsável pelo treinamento dos novos cães e pela manutenção dos cães já treinados. Caso chegasse ao batalhão algum chamado ou ordem de serviço na qual a situação já estivesse sob o controle da polícia, eu pediria autorização do responsável pela equipe para acompanhá-la.

O trabalho de policiamento e operação do Batalhão é dividido entre quatro equipes, que trabalham em turnos de 24/72 horas, que se iniciam às 7 horas da manhã, e são comandadas cada uma por um oficial. A rotina destas equipes se inicia com cada policial dando liberdade a seu cão, para que este faça o *besoin*²⁵, seguido de exercícios físicos. Na parte da manhã as equipes fazem treinos com seus cães dentro e fora do batalhão por ser o momento com menor intensidade do sol, o que permite aos cães treinar por mais tempo. As demandas de policiamento chegam através de ordens de serviço, seja com antecedência, seja de urgência. Quando chega uma ordem de serviço, a equipe interrompe o treinamento que estiver fazendo, se reúne, decide quais cães levar, se equipa e parte para responder à demanda.

Já o trabalho de treinamento e manutenção²⁶ dos cães é feito pela equipe de treinamento. Esta equipe trabalha em turnos de 12 horas às segundas, quartas e sextas, exceto seu comandante, que trabalha de segunda a sexta nos turnos da manhã. A escala diferenciada deste policial se deve, principalmente, ao trabalho com os filhotes, que deve ser diário.

Foi esta a equipe que mais acompanhei durante o trabalho de campo no BPCaes. Esta escolha ocorreu, em parte, devido ao interesse na forma como se constrói o

25 *Besoin*, do francês, significa necessidade. É o termo utilizado para referir-se às necessidades fisiológicas do cão, ou seja, urinar e defecar. Cabe aqui ressaltar que muitos dos comandos e termos utilizados no trabalho com cães são em línguas estrangeiras.

26 Diferente de outras ferramentas policiais, a eficiência do cão depende de vários fatores, desde a rotina de treinamentos até à forma como o policial o conduz em trabalho. Por isso é recorrente que alguns cães percam em ritmo e eficiência e, quando isto acontece, os policiais recorrem à equipe de treinamento para efetuar a *manutenção* do cão.

chamado Binômio, que seria a unidade operacional composta pelo policial e pelo cão, e também pelo fato de ser uma equipe com a qual teria contato mais regular, dado seu turno de trabalho.

Existe também a equipe de veterinários e auxiliares veterinários, sendo estes últimos os responsáveis pelo trabalho básico com os cães, como alimentação, limpeza diária das baias e dos recipientes de alimentação, passar a *vassoura de fogo*²⁷. No BpCaes observei uma presença constante dos veterinários na rotina de treinos e trabalho dos policiais. Encontrava-os na maioria do tempo fora da sala de consultório, e em constante diálogo com os policiais.

Nas primeiras visitas, me apresentava logo na portaria, pois o BpCaes fica localizado dentro das dependências do BOPE. Depois, procurava algum oficial para me apresentar antes de começar o trabalho. Mas após algumas visitas, passava pela portaria rapidamente, já sendo reconhecido pela maioria dos que ficavam neste posto.

Acompanhei, na maioria das vezes, turnos de manhã ou tarde, sendo que algumas ocasiões fiquei por mais tempo, saindo já à noite. Observei treinamento de filhotes, treinamento de cães adultos, busca de drogas em residências de traficantes, revista em escolas públicas em busca de drogas e armas, treinamentos do Curso de Busca e Captura²⁸, treinamentos e instruções em conjunto com o CPCaes da PMGO e situações de abordagem policial. No total realizei 26 visitas ao BPCaes.

1.3 – Notas de campo no GOC

²⁷ *Vassoura de fogo* é como se chama um tipo de limpeza feito para combater pulgas e carrapatos, e consiste em usar um lança-chamas nas áreas do canil, principalmente frestas e quinas.

²⁸ Inicialmente existia a expectativa de poder observar algumas instruções de um curso de detecção, mas este acabou não ocorrendo, e em seu lugar foi realizado um curso de busca e captura.

Quando iniciei meu trabalho de campo, três policiais dentre os quatro que compõem o GOC/DF estavam em uma operação fora do Distrito Federal. Na minha primeira visita me encontrei com o policial que tinha ficado responsável pelo canil. Com a menor estrutura física dentre os três canis pesquisados, o canil do GOC estava sob os cuidados deste policial e do tratador terceirizado que lá trabalha. O tratador faz os cuidados básicos do canil de segunda a sábado, e nos domingos os policiais se revezavam para cumprir esta tarefa, composta pela limpeza das baias, alimentação e liberdade dos cães para exercício e *besoin*.

O GOC não trabalha com reprodução e treinamento de filhotes, sendo que seus cães são comprados de canis especializados na área²⁹. Os policiais dividem sua rotina de trabalho entre treinos com os cães e operações em barreiras nas rodovias interestaduais.

Como o trabalho com cães não é possível de ser realizado por apenas um policial, o agente que não viajou dedicava-se à parte burocrática, como elaboração de relatórios, e aos treinos dos cães. Na primeira visita ele me apresentou o canil, conversamos longamente sobre o trabalho com cães de detecção de drogas e outros assuntos próximos, e marcamos a próxima visita para eu acompanhar treinos. Neste dia ele também receberia um adestrador que treinava cães para vender para a polícia e que queria acompanhar o treino.

Sendo a única unidade canina pesquisada que não trabalha aquartelada, sob demanda, esta unidade possui autonomia para estabelecer sua rotina, forma e local de policiamento e fiscalização. O GOC é recorrentemente chamado para atender demandas e realizar operações fora do Distrito Federal e, por isso, ficou acordado entre nós que marcaríamos nossos encontros um por um e, na medida em que eles marcassem operações, me avisariam para eu me programar.

Quando marcado o acompanhamento das operações, me encontrava com eles no canil, onde se equipavam e preparavam a operação. Seguia então com eles de viatura até o local da fiscalização. O foco principal do policiamento desta unidade eram os ônibus interestaduais. Eles demonstravam ter conhecimento sobre os horários e sobre as linhas

²⁹ Ainda são muito poucos, no Brasil, os canis especializados em cães para o trabalho polícia, diferentemente do cenário de outros países dos quais algumas corporações policiais compram alguns cães, como EUA, Colômbia e Alemanha.

de ônibus que passariam nos locais de fiscalização³⁰. Enquanto não havia ônibus sendo fiscalizados, faziam a fiscalização normal dos veículos que passavam, sendo que normalmente os mais experientes ficavam à frente da barreira selecionando os veículos a ser fiscalizados.

Os ônibus eram parados e, normalmente, era pedido que os passageiros saíssem do ônibus com suas respectivas bagagens de mão e formassem uma fila, lado a lado, e que em frente de cada passageiro ficassem suas bagagens de mão, formando uma segunda fila de bagagens. Os bagageiros dos ônibus eram abertos e, quando muito cheios, algumas bagagens eram retiradas de forma a liberar espaço para o cão entrar no bagageiro e ter acesso à maior parte das bagagens.

Os cães então eram usados para buscar drogas nos bagageiros e também nas bagagens de mão. Os policiais atentavam tanto para as indicações do cão quanto para as reações das pessoas, e possuíam estratégias para identificar os donos das malas com possibilidade de conter narcóticos. Eram fiscalizados em média um número entre trinta e quarenta ônibus por operação.

No total acompanhei o trabalho do GOC por sete vezes, entre treinos e operações.

1.4 – Notas de campo no SECAN

No início da pesquisa no SECAN, o chefe do canil me apresentou a um dos instrutores responsáveis pelo treinamento dos cães detectores de narcóticos, o qual eu

³⁰ Havia uma atenção maior em relação aos ônibus cujas rotas passavam por cidades e regiões com alta atividade de narcotráfico, como por exemplo a região da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) e o estado do Mato Grosso do Sul.

deveria acompanhar em seu trabalho. Fui bastante questionado sobre minhas *reais* intenções, sobre os objetivos da pesquisa, e principalmente sobre minha origem institucional. Cabe salientar que apenas no SECAN pediram meus documentos, sem dizer explicitamente que era para checar possíveis antecedentes. Já no início percebi que ali encontraria maiores dificuldades para a pesquisa.

Como aconteceu nos outros canis, no início havia um policial que me acompanhava, ou que eu o acompanhava, na maior parte do tempo. Mas após certo tempo de visitas, e também devido ao fato de nem sempre os mesmos policiais estarem de serviço durante minhas visitas, passei a acompanhar outros policiais e, no caso do SECAN, adestradores.

Um traço singular do canil central da PF é o grande número de funcionários terceirizados que participam do trabalho de treinamento e manutenção dos cães. Estes adestradores possuíam curso de cinotecnia realizado no canil da PE e faziam a maior parte dos treinamentos que não eram relacionados especificamente com a detecção de substâncias, mas que eram treinamentos importantes para dar a base sobre a qual seria feito o treinamento de detecção. A percepção da importância destes atores para minha pesquisa se deu logo que percebi o volume de participação deles nas rotinas de trabalho do canil.

Os adestradores demonstravam possuir maior conhecimento sobre a rotina do canil, sobre os cães, sobre a forma como trabalhavam cada um dos cães e até mesmo sobre o trabalho dos agentes que os próprios agentes. Mas cabe ressaltar que do efetivo de agentes que atua no SECAN, dois eram recém chegados e outros três trabalhavam em outros estados e estavam apenas temporariamente no SECAN em estágio. Dessa forma, os adestradores, dentre os quais alguns trabalhavam no canil quase que desde seu início, foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa naquele canil.

Durante o trabalho de campo na PF acompanhei treinamentos de detecção de narcóticos e de explosivos, tanto dentro do canil quanto fora, como por exemplo na Rodoviária do Plano Piloto. Também participei destes treinamentos por algumas vezes como figurante pois, por ser uma pessoa estranha àquele ambiente, meu cheiro era novo para os cães, o que me tornava útil nos treinamentos. A participação nos treinamentos foi bastante proveitosa para este trabalho. Ali se estabeleceram relações de confiança, os

agentes se “acostumaram” à minha presença, eu deixava de ser um observador, quase um espião, para ser figurante.

No SECAN o principal momento de interação entre os policiais, também na presença dos adestradores, era durante os treinos. Ali, diferentemente dos outros canis pesquisados, havia salas de trabalho para os agentes, instrutores e operadores, nas quais realizavam tarefas burocráticas³¹ e onde ficavam quase que durante todo o tempo em que não estavam treinando os cães ou atendendo a demandas de serviço.

Havia uma veterinária trabalhando no canil, à qual fui apresentada no dia que fui pedir autorização informal ao chefe do canil para realizar minha pesquisa. Conversamos um pouco e ela apresentou brevemente o trabalho veterinário lá realizado. A contratação da veterinária por concurso, lotada no canil, foi relatado como uma conquista importante do canil, que garantia autonomia³² e qualidade ao trabalho. Foi meu único contato com a veterinária. Em nenhum outro momento em que estive no canil eu a encontrei fora de sua sala.

Acompanhei por algumas vezes o trabalho de fiscalização de bagagens de aviões no Aeroporto Internacional de Brasília. Mas, devido às restrições de circulação de pessoas em áreas designadas como *áreas de segurança*³³, quando acompanhei este tipo de trabalho ele foi feito apenas nos terminais de voos nacionais, fora das áreas de segurança.

Algumas vezes a fiscalização das bagagens era feita quando elas chegavam do avião para serem colocadas na esteira que as leva para os passageiros no lado interno do aeroporto. Quando era feita desta forma a fiscalização com cães não era percebida pelos passageiros, os quais não tinham contato com os policiais nem com os cães.

31 Durante o trabalho de campo me chamou muita atenção o tempo e efetivo gasto com tarefas burocráticas, como relatórios, pedidos de recursos materiais, controle de efetivo, dentre outros, não apenas no SECAN mas também nas outras unidades policiais caninas pesquisadas.

32 Em seção do capítulo três será melhor discutido a questão da autonomia das unidades de policiamento especializados com cães e sua relação com o trabalho prestado por estas unidades.

33 As partes do aeroporto denominadas *áreas de segurança* comportavam as áreas onde ficavam os aviões para os voos internacionais e alguns outros setores do aeroporto. Os policiais relatavam que para circular nestas áreas era preciso um crachá de autorização do consórcio que administrava o aeroporto, e que era grande a burocracia para conseguí-lo até mesmo para os policiais.

Outras vezes este trabalho era feito na esteira do lado interior do aeroporto, onde os passageiros aguardavam para receber suas bagagens. Dessa forma os passageiros percebiam a fiscalização e tinham contato visual com os cães policiais. Ressalto que a forma como o policiamento era conduzido, principalmente através dos elementos de *fachada*³⁴ (GOFFMAN, 1975), era bastante diferente nas duas situações. No total, realizei 13 visitas ao SECAN, em turnos matutino e vespertino.

34 Goffman (1975) utiliza o termo *fachada* para referir-se à parte da *representação do indivíduo* que funciona de maneira mais regular, e cujo objetivo é definir a situação para seu *público*. É o *equipamento expressivo*, seja intencional ou inconscientemente empregado. A *fachada* é composta por três partes, que são *cenário*, *aparência* e *maneiras*.

Capítulo 2 – Ser *Cachorroiro*: Questões identitárias no trabalho com cães policiais

“Então quando o policial vai para servir de fato,
a sociedade, a humanidade, o universo, o cão acompanha ele e
o trabalho é perfeito, e aquele momento se torna eterno.
Não é que aquele cão e aquele policial têm que viver a vida toda juntos,
é que aquele momento, aquele encontro para trabalhar foi eterno.”

(Cachorroiro 4)

2.1 – Formação policial e Cursos

O modelo policial atual, formado na virada do século XIX para o século XX pode ser analisado como uma mistura entre o modelo *burocrático-militar* e o modelo de *aplicação das leis*, que resulta em um policial profissional, que tem por objetivo a aplicação das leis em vigor (BITTNER, 2003). O problema deste modelo é a formação de uma polícia de natureza reativa, com menor capacidade de atuar em sentido preventivo, privilegiando o modelo reativo-repressivo do crime (PONCIONI, 2005).

Parte importante do processo que formou a polícia como a temos hoje foi o processo de especialização policial, pelo qual a exclusividade do uso legitimado da força física para a resolução de problemas foi sendo direcionado às instituições policiais.(BAYLEY, 2002) Este processo de especialização fez com que a polícia abandonasse algumas tarefas e se ocupasse de outras, as quais, segundo Monjardet (2002) podem ser divididas em: atividades administrativas, atividades judiciárias, intervenções policiais de socorro e de policiamento ostensivo.

Para Bayley (2002) o processo de especialização pelo qual o trabalho policial passou não é fruto exclusivo da modernidade, mas as condições fornecidas pela modernidade foram cruciais para este processo. Aliado ao processo de especialização está o processo de profissionalização do trabalho policial, este sim advento da modernidade.

O autor entende que não basta analisar a especialização policial como simples reflexo dos processos de especialização social do atual cenário socioeconômico, pois processos de especialização já foram observados em momentos históricos passados. Assim são diversos os fatores que levaram à especialização do trabalho policial, que possui como característica marcante o processo de profissionalização.

Com a consolidação das polícias como parte do Estado, ou seja, com o deslocamento do policiamento da esfera privada para a esfera pública, tornou-se necessário o desenvolvimento de formas profissionalizadas de policiamento que atendessem às demandas da sociedade dentro dos regulamentos jurídicos estabelecidos como, por exemplo, o enfrentamento ao narcotráfico. Policiar uma sociedade livre, utilizando das palavras de Goldstein (2003), requer alto nível de profissionalização.

Para Bayley(2002) os principais indicadores da profissionalização do trabalho policial são os processos de seleção e recrutamento, o treinamento formal, a qualificação da remuneração e o controle e supervisão. Além disso, os processos de formação policial se destacam quando grande parte da população entende que são eles parcialmente responsáveis pelas práticas de brutalidade e de uso desproporcional da força, ao formarem policiais “despreparados” e “desqualificados” (MUNIZ, 2011).

É recorrente a ideia de que o trabalho policial não requer indivíduos com formação intelectual e capacidade de aprendizagem (BITTNER, 2003), ideia esta que não corresponde a nenhuma realidade dentro da atividade policial, muito menos dentro das unidades especializadas de policiamento, repletas de treinamentos práticos e teóricos, não só nos cursos de formação mas também nas atividades rotineiras de treinamentos e de “instruções”.

No caso brasileiro, são notáveis as mudanças nos processos de seleção e recrutamento dos policiais, como por exemplo a partir da exigência de diplomas de nível superior para ingressar em carreiras policiais³⁵. Também houve melhoria na remuneração³⁶. As principais críticas hoje giram em torno das formas de controle da atividade policial e das formas de treinamento.

Segundo Kant de Lima (1995) existe uma tradição na formação dos policiais no Brasil que é centrada na ideia de treinamentos, que se utilizam de recursos mecânicos, repetitivos e massificantes para a internalização de padrões de procedimentos a serem empregados em situações de policiamento. Este tipo de treinamento, segundo o autor, não capacita os policiais a responderem às imprevisibilidades inerentes a um trabalho que tem como foco as relações interpessoais de conflitos e a contenção de indivíduos, nem a situações complexas como as que envolvem juventude, uso de drogas, discriminação racial e de gênero, dentre outras.

35 Segundo Costa, Mattos & Santos (2012) a partir dos anos 2000 ocorreram algumas mudanças nos processos de seleção para as carreiras policiais, dentre as quais a exigência de diploma de nível superior. Os autores argumentam que esta medida foi tomada com a intenção de melhorar a atuação policial, mas que estudos mostram que a elevação no nível de escolaridade dos policiais não leva necessariamente à mudança nos padrões de prática policial.

36 Em dos relatórios do anuário de 2015 do FBSP, uma das principais hipóteses para o aumento dos gastos com segurança pública no Brasil é que os estados estão gastando cada vez mais com salários e aposentadorias de policiais.

Além disso, este tipo de formação acaba por reproduzir uma ideologia repressiva e punitiva que se reflete em uma atuação policial mais truculenta, em um maior número de casos de abuso do uso da força, dentre outras situações desmoralizantes que um policial mal preparado e mal intencionado pode criar.

Comumente a formação dos policiais pode ser sociologicamente analisada com o suporte das ideias de socialização primária e secundária³⁷ (BERGER, 2004). Para Poncioni (2005) o processo de socialização secundário que vem a formar os policiais possui duas etapas, sendo a primeira etapa os cursos de formação no ingresso da carreira, e a segunda etapa o aprendizado que ocorre quando o policial passa a conviver com a realidade do seu trabalho. No caso dos policiais que optam por trabalhar em unidades especializadas, estes passaram por novos processos de seleção e formação, aos quais serão apresentados as especificidades do trabalho em questão.

Sigo este mesmo eixo analítico em relação à formação dos policiais especializados, no caso deste trabalho, no policiamento com cães. A partir da socialização os policiais noviços se inteiram não apenas das técnicas inerentes ao trabalho policial, como por exemplo técnicas de tiro, como também daquilo que Reiner (2004) chama de cultura policial³⁸. Para Monjardet (2002) a cultura profissional da polícia é uma de suas idiossincrasias como profissão³⁹, e, por isso, seu estudo é fundamental.

37 Segundo Berger (2004) o processo de socialização pode ser dividido em *primário* e *secundário*. A *socialização primária* é a que ocorre durante a infância, na qual características mais duradouras da identidade dos indivíduos é construída. Já a *socialização secundária* refere-se a processos de socialização nas quais o indivíduo já socializado se insere, a qual contrasta a identidade do indivíduo em relação às características do grupo no qual se inseriu.

38 “A cultura policial – os valores, as normas, as perspectivas e as regras do ofício que direcionam sua conduta – com certeza não é monolítica nem universal nem imutável. (...) (A cultura policial) desenvolveu-se como uma série padronizada de acordos que ajudam os policiais a superar e a ajustar-se às pressões e tensões com que a polícia se confronta. Gerações sucessivas são socializadas nessa cultura, mas não como aprendizes passivos ou manipulados de regras didáticas. O processo de transmissão é mediado por histórias, mitos, piadas, explorando modelos de boa e má conduta que, através de metáforas, permite concepções de natureza prática a serem exploradas” (REINER, 2004 : 134)

39 “O trabalho do engenheiro, do técnico ou do operário pode ser compreendido (até prova em contrário) sem se referir a seu sistema de valores pessoal, ou ao sistema de valores coletivo do grupo ao qual ele pertence, seja porque é rigorosamente prática, seja porque a ela se pode atribuir ou foi atribuído um objeto num processo que permite sua realização fora de qualquer referência a um sistema de valores. Não se pode, à primeira vista, compreender assim o trabalho policial. No cruzamento da autonomia prática, de sua denegação organizacional e da falta de objetivação da tarefa policial se desdobra a “cultura”, ou sistema de valores dos policiais, como elemento necessário, como os interesses, de determinações práticas.” (MONJARDET, 2002 : 162-163)

Devido à especialização típica de seu trabalho, estudos mostram que policiais das unidades especializadas tendem à uma auto representação como “especiais”, diferenciados dos policiais das outras unidades (CASTRO, 2011; SILVA, 2009).

Como é comum às unidades de policiamento especializado, treinamentos específicos são concedidos aos policiais de forma a prepará-los e selecioná-los para o trabalho especializado. É uma segunda socialização secundária, pois ao ingressar nas corporações policiais os novatos já passam por uma primeira formação, seja o curso de praças ou de oficiais da Polícia Militar, sejam os cursos de formação de agentes e outros cargos das polícias Federal e Rodoviária Federal. Dessa forma, ao optarem por uma formação especializada, os policiais se submetem a novos treinamentos para então serem considerados aptos a trabalhar em unidades de policiamento especializado.

No caso de policiais que trabalham com cães, parte da socialização secundária, que ocorre nos cursos, consiste na desconstrução de elementos da socialização primária relacionados aos animais domésticos, principalmente os chamados *pets*. É comum que os indivíduos sejam socializados a lidar com os cães como animais de estimação, e não como animais de trabalho, e a relação que se estabelece com animais de trabalho difere bastante daquela relação que socialmente aprendemos a estabelecer com os *pets*.⁴⁰ Este tema foi recorrente nas entrevistas:

“Era um lugar que eu realmente não tinha imaginado trabalhar (o canil), pois eu não gostava de cão, tinha muito receio de animal. Acabou que quando me apresentei ia iniciar o curso de cinotecnia, quinze dias logo que eu cheguei aqui, e acabou que eu me matriculei no curso e fui aprendendo a gostar de cão. No final do curso já *tava* mais acostumado, mas foi bem difícil pra mim. Até pensei muitas vezes em voltar para Taguatinga (onde trabalhava antes). É um curso grande, tem muito contato com cão e era uma coisa que eu não gostava, mas acabei gostando.” (Cachorroiro 2)

“A gente vê o curso como de suma importância, porque uma coisa é a pessoa que tem um cão em casa, que a gente fala que é o *pet*. Ele vai ter um tratamento com aquele cão totalmente diferente do tratamento que o nosso policial tem com nosso cão, que não é um *pet*, é um cão de trabalho. Então algumas manias, alguns vícios e costumes que as pessoas têm, e costumam fazer quando estão em casa, aqui nós não fazemos. Então esses cursos são importantes principalmente pra isso.” (Cachorroiro 6)

40 Em seção à frente, neste mesmo capítulo, será melhor discutida relação entre cães de trabalho e cães *pets*.

“E durante o curso eu fui aprendendo, vivenciando e conhecendo a realidade tanto do batalhão, quanto a realidade para trabalhar com os cães, porque embora eu sempre tenha gostado de animal, principalmente de cachorro, o pessoal sempre falava que trabalhar com cão é diferente de você gostar do cão, são trabalhos que apesar de bem parecidos, são diferentes. E isso eu vi na prática. Realmente têm alguns pontos bem diferentes que fazem com que a realidade do cão de trabalho seja totalmente diferente do cão *pet*. Então durante esse curso eu fui aprendendo a lidar com isso, com a forma como se trabalha, e fui gostando ainda mais. Eu já gostava, mas fui pegando um pouco mais de prazer nessa questão do trabalho com os cães.” (Cachorreiro 7)

“Eu acho que é uma ferramenta essencial para a formação do cachorreiro. Para ele lidar com os cães, ele tem que passar por essa etapa, seja para quebrar alguns paradigmas e medos que você tem, seja para aprender mesmo a lidar com a questão comportamental, a forma como você vai conduzir o cão, nem sempre você vai conduzir de maneira relaxada, a postura que você precisa ter com o animal, de maneira que você seja um líder para ele.” (Cachorreiro 8)

“Muitos vêm trabalhar aqui porque dizem que amam o cão. Chega uma turma nova para o curso e você pergunta “porque você quer vir trabalhar no canil?”, “Porque eu amo cão, eu gosto de cão.” A gente fala da diferença entre gostar de cão e gostar de trabalhar com cão. (...)Então quando as pessoas vêm trabalhar aqui, geralmente é aquela que gosta de cão de pet, porque o Brasil não tem a cultura de trabalho com cão, tem cultura de cão pet.” (Cachorreiro 4)

É importante que o *cachorreiro* saiba lidar com os animais em suas diferentes condições. Deve aprender a adestrar cães como *pets*, com comandos como *sentar* ou *deitar*. Mas também deve saber como treinar e conduzir cães de trabalho, com todas as diferenças em relação ao tratamento de cães *pet*. Esta questão é tratada com bastante importância pelos *cachorreiros*, sendo parte de sua identificação como tal a capacidade de manipular a forma como tratam os cães em cada situação, tratando o cão de trabalho como tal, e os *pets* como *pets*. Este ponto também é recorrente na avaliação cotidiana que os policiais fazem uns dos outros. Recorrentemente presenciava algum policial apontando alguma atitude *humanizadora*⁴¹.

41 Os policiais costumam designar como *humanização* os comportamentos humanos relacionados aos seus *pets*, como uma oposição ao comportamento humano em relação aos animais de trabalho, o qual é considerado pelos *cachorreiros* como um comportamento *natural*, o mais próximo possível do que seria o comportamento entre cães. Esta questão é abordada de forma mais detalhada em seção próxima.

Nos canis observados para a presente pesquisa, todos ofereciam cursos para a formação de seus policiais. No BPCaes são oferecidos três diferentes cursos. O primeiro e que deve ser feito por todos os policiais que atuam no batalhão é o Curso de Cinotecnia, no qual são apresentados elementos básicos para o trabalho com cães. Aqueles que já concluíram este curso podem então optar por participar do Curso de Detecção, para aqueles que pretendem operar com cães de detecção de narcóticos ou explosivos, ou do Curso de Busca e Captura, pra os que optam por este tipo de trabalho. Já na PF e PRF, como o trabalho realizado é apenas de detecção de substâncias, são oferecidos cursos para operadores de cães, o que os capacita a trabalhar com cães policiais.

Nestes cursos são apresentados na prática tanto quanto na teoria as formas técnicas e práticas utilizadas no trabalho com cães policiais, desde os cuidados veterinários básicos até as doutrinas de comportamento animal. O objetivo é familiarizar os policiais com as técnicas que deverão empregar no trabalho e nas possíveis situações com as quais irão se deparar. Para isso os cursos ocorrem tanto em locais designados e construídos para treinamentos quanto em locais públicos nos quais os policiais tenham melhor noção da realidade do policiamento com cães.

O (curso) de cinotecnia, que tem uma média de 16 a 18 semanas, que é o básico, iniciante, vai tirar a pessoa que gosta de cão e tem um pouco de conhecimento de cão, nós vamos especializá-lo e prepará-lo, dar o conhecimento do que é o trabalho de um cão da polícia e o que é o trabalho de um cinotécnico. (Cachorroiro 1)

O curso demora cinco semanas, já com os cães prontos, então nossa preocupação é moldar o operador na parte de conduzir o cão. Praticamente o curso tem quatro semanas práticas e uma teórica, tem aula com professores da UnB sobre comportamento, com a veterinária sobre procedimentos, e aula sobre a estrutura do canil, toda demanda administrativa que ele precisará fazer, mas o curso é praticamente prático. Trabalha procedimentos em várias situações, aeroporto, carro, ônibus, aeronave, embarcações. Aprende a proceder desde a vistoria do lugar, onde pode achar qualquer objeto que possa prejudicar o cão, e todo procedimento antes de se iniciar a busca. (Cachorroiro 3)

Logicamente existem diferenças no conteúdo dos cursos das diferentes corporações policiais, que refletem as diferenças nas demandas a que atendem, diferenças nas estruturas e recursos disponíveis e também diferenças na cultura interna

de cada corporação. Por exemplo, a unidade policial canina da PRF não tem a possibilidade, nem a competência jurídica, para atender a demandas de prevenção de terrorismo em aeroportos internacionais como tem o canil da PF e, por isso, não é necessário que a PRF forme seus agentes para tal trabalho.

Além da formação teórica e técnica, os cursos servem também como ferramentas de seleção, selecionando indivíduos que são considerados mais aptos para o trabalho. Esta seleção me parece ocorrer por duas vias, seja pela reprovação do aluno pelos instrutores, seja pela desistência do mesmo. Nesta seleção são levados em conta critérios de preparo e condicionamento físico que sejam adequados às exigências do trabalho, como também critérios mais subjetivos sobre o trabalho com cães, como por exemplo não ter medo deles, não trata-los como *pets* e sim como cães de trabalho e conseguir estabelecer uma relação com os cães⁴², condições necessárias para se estabelecer um binômio policial/cão. Me deparei com casos de policiais que há muito tempo trabalhavam nos canis mas que não trabalhavam com cães por não terem sido considerados, durante os cursos, aptos para o trabalho.

“Se temos por exemplo 12 cães para o curso, no começo ele (aluno do curso) mexe com os doze através de um rodízio, mas no final ele terá um cão só para ele. Mas ele aprende a trabalhar porque é um enriquecimento muito grande para o operador. Se ele faz o curso com um só cão, ficará focado só naquele tipo de cão e não vai ter experiência com outros cães. Então a gente aproveita essa fase do curso pra ele saber o tipo de cão, se ele pega um cão muito lento, tem que acelerar um pouco, então procuramos adaptar esse cão ao perfil do operador, e ao mesmo tempo *ver* se a pessoa tem condição de operar algum cão né, porque tem gente que não tem como, não consegue trabalhar com cão.” (Cachorreiro 3)

Chamou-me a atenção a importância dos cursos na formação de redes de contatos entre os canis que fazem o trabalho com cães policiais. Por diversas vezes os policiais me relatavam conhecer policiais de outras corporações policiais através de cursos que fizeram juntos. Isso porque normalmente quando as unidades de policiamento com cães abrem inscrições para algum curso algumas das vagas são reservadas para policiais de outras unidades. Dessa forma estabelecem-se diálogos entre

42 Para estabelecer uma relação com os cães o policial necessita da apreensão de uma forma de comunicação com estes animais, tanto a partir da leitura de seu comportamento quanto a partir de uma disciplina do corpo capaz de emitir comandos compreensíveis ao animal.

grupos diferentes, não só de instituições diferentes mas também de regiões e países diferentes.

“A gente sempre esteve aberto à estágios, já tivemos colegas da Bahia fazendo curso aqui, o próprio canil da PRF, já teve gente fazendo curso aqui com a gente, na época eu já trabalhava aqui.”

(Cachorroiro 3)

“(O trabalho do canil) realmente houve uma melhora significativa depois que eles voltaram dos cursos fora do Brasil. Porque aí trouxeram coisas novas né, não só em questão técnica mas na própria forma de ver o trabalho com os cães, bem diferente do que a gente fazia antes.” (Cachorroiro 4)

Durante a etnografia percebi que existe toda uma rede que interliga grande parte dos canis policiais do Brasil, e que os cursos eram importante instrumento dentro desta rede, disseminando práticas, técnicas e doutrinas de trabalho com cães policiais. No BPCaes conheci dois policiais que foram a Minas Gerais participar do curso de busca e captura ministrado pela Polícia Militar de Minas Gerais, a qual é reconhecida por excelência neste tipo de emprego do cão. Estes dois policiais concluíram o curso e retornaram para iniciar este tipo de trabalho no BPCaes.

Me foi relatado também que um tenente da Aeronáutica realizou os cursos do BPCaes e em seguida iniciou o trabalho dentro da Aeronáutica, construindo um canil e trabalhando na segurança interna da Aeronáutica.

Os adestradores terceirizados que trabalham no SECAN são formados através de cursos oferecidos pelo canil do BPEB, outro canil que tem trabalho reconhecido e é constantemente citado por grande parte dos cachorroiros com os quais convivi.

Além disso é comum a busca por *expertise* nesta área através de cursos em instituições fora do país, principalmente Espanha, Colômbia⁴³, EUA, Alemanha, Canadá

43 O caso da Colômbia chama a atenção. Devido aos eventos relacionados à trajetória de Pablo Escobar, principalmente os atentados com bombas, tornou-se o cão farejador um elemento extremamente comum no cotidiano das pessoas, principalmente em lugares públicos e de grande aglomeração. Assim, constituiu-se no país um centro de referência no trabalho com cães policiais. Cabe também ressaltar que como parte de sua política de *combate* ao narcotráfico os EUA financiou a Escola de Guia Canino da Polícia Nacional da República da Colômbia.

e Guatemala. Sempre ressaltando que o trabalho com cães policiais no Brasil está em estágio ainda muito imaturo, muito pouco estabelecido nas estruturas de segurança pública e na cultura policial, os policiais ressaltavam a importância de buscar conhecimentos fora do Brasil em países onde esta prática está mais desenvolvida.

“Antes, posso falar de 2005, 2006 pra trás, o foco com trabalho de cães do canil era em situações de choque. Então a gente tinha muitos cães que trabalhavam com proteção e defesa, e a detecção estava apenas engatinhando. Do ano de 2006 pra cá, vários policiais foram fazer cursos em outros locais, fora do Brasil também, e trouxeram novos conhecimentos. Começaram a trabalhar mais essa questão da detecção, e hoje a gente percebe claramente que a principal missão do canil hoje é empregar os cães de detecção e principalmente de entorpecentes, é a maior demanda. (Cachorroiro 2)

Para além dos objetivos formais (formação técnica e adaptação à rotina de trabalho do canil) e informais (seleção e categorização dos policiais) dos cursos, estes têm servido como importante instrumento de diálogo entre atores e instituições de segurança pública que são tradicionalmente distantes, até mesmo conflitantes em alguns casos.

“Com a polícia militar nós temos trocas de conhecimento, terminamos nos auxiliando aqui e ali, dentro do possível, principalmente a partir dos cursos, a garantia de uma vaga no curso deles ou no curso nosso, então existe essa troca de experiências que é bastante válida. Com relação à polícia do exército também, sempre nos atendeu muito bem, não só com ofertas de cursos, mas nos auxiliou inclusive na elaboração do projeto para a construção do nosso novo canil.” (Cachorroiro 7)

O que cabe aqui ressaltar é que a maior parte dos contatos feitos entre os canis das diferentes corporações policiais é feito a partir de empenhos individuais e muitas vezes até informal, mostrando que a rede estabelecida entre os *cachorroiros* supera, por algumas vezes, as barreiras criadas pelos conflitos institucionais estabelecidos entre estas corporações.

Um elemento importante para o estabelecimento destas redes de contatos entre *cachorroiros* por todo o Brasil, e até fora dele, são as novas tecnologias de comunicação

via redes sociais. Muitas vezes os policiais me mostravam em seus celulares fotos e vídeos que recebiam através de grupos de whatsapp e facebook. O nome destes grupos sempre possui a palavra *cachorro*, demonstrando a generalidade do termo entre os policiais que se identificam como tal. A importância destas redes sociais para, de acordo com os policiais, a disseminação de informação e estabelecimento de contatos sobre o trabalho de policiamento com cães foi destacada pelos atores.

“Infelizmente ainda não é uma coisa forte institucional (a relação entre os canis das diversas policias pelo Brasil), mas nós temos mais por questão de conhecimento e de contatos, então eu conheço gente do canil do Rio Grande do Norte, gente do canil do Rio (Rio de Janeiro), gente do canil de São Paulo, Paraná, de outros estados. Então a gente tem esse contato, e hoje com a tecnologia, a gente tem *zap* (whatsapp), facebook, que tem grupos de policiais que trabalham com cães, ou dentro de canis, ou que já passaram por canis, que a gente mantém esse contato, essa troca de informações.” (Cachorro 8)

Seja pela formação técnica e teórica dos policiais, seja pela seleção dos mais aptos ao trabalho, ou então pela influência no estabelecimento de redes de contato e informação entre os diferentes grupos, os cursos de formação oferecidos pelas unidades especializadas no trabalho com cães apresentam importância relevante para a compreensão da identidade profissional destes que se chamam *cachorros*.

2.2 – A rotina de treinamentos e de cuidados com os cães policiais

Era uma manhã como todas as outras na rodoviária do Plano Piloto, com enorme fluxo de passageiros apressados caminhando entre as filas das paradas de ônibus. Nas áreas mais abertas, vendedores ambulantes ocupavam a maior parte do espaço, expondo seus produtos no chão, alguns com demonstrações, chamando a todos que passavam próximos a observar. Próximo às escadas do metrô, dois moradores de rua bastante alcoolizados faziam a típica cena de briga de bêbados, cercados por alguns curiosos que em nada interferiam, naquilo que parecia mais uma encenação cômica que uma briga.

Duas vans da Polícia Federal estacionam na área para viaturas policiais. Saem delas três agentes, dois adestradores e um homem com roupas de *paisano*⁴⁴, o figurante⁴⁵. O grupo se reúne próximo às viaturas e conversam entre si. Então o homem com roupas civis se mistura entre as pessoas que passam pela rodoviária, e fica observando os jornais em uma banca de revistas. Enquanto isso, um dos adestradores leva um cão⁴⁶ a um dos agentes, que o toma pela coleira e o faz sentar com o comando vocal *sitzt*⁴⁷. Ao sentar, o comportamento do cão, antes disperso e agitado, muda completamente, como que se preparando para o que viria em seguida. O cão estava sendo *ligado*⁴⁸, preparado para iniciar o trabalho.

44 *Paisano* é o termo utilizado pelos policiais para designar aqueles que não são policiais.

45 Os figurantes são aqueles que auxiliam no treino dos cães farejadores, participando da simulação de situações de trabalho real. Alguns figurantes carregam em si as substâncias a serem encontradas pelo cão. Outros apenas participam para serem farejados ou, no caso de busca e captura, para serem as *vítimas* do ataque. A importância do figurante em alguns treinamentos é tão grande que existem cursos de figuração para estes casos específicos.

46 Escolhi utilizar o termo *cão*, no masculino, nas narrações de situações de campo, principalmente porque é o termo mais utilizado pelos próprios policiais. O que não significa que não existam cadelas realizando o trabalho policial. A proporção entre machos e fêmeas nos canis é próxima.

47 *Sitzt*, palavra em alemão que significa *sentar*. Faz parte de uma série de comandos que normalmente são vocalizados em línguas estrangeiras, principalmente alemão e francês.

48 Os cães policiais são treinados para, a partir de um *ritual pré-busca*, serem *ligados* para o trabalho. Na prática, o policial usa de comandos, postura corporal e tonalidade da voz para indicar ao cão que ele irá trabalhar.

O agente que conduz então dá outro comando, com a palavra *busca*, e o cão começa a farejar enquanto o agente o guia pela rodoviária. O cão fareja bancos, pessoas andando, malas que estão no chão, lixeiras, praticamente tudo que encontra em seu caminho. Quando se aproxima do figurante, o interesse do cão em fareja-lo é nítido. Sua atenção se volta para a região da canela e, após algumas farejadas, o cão se senta. O figurante começa então a caminhar, como que se esquivando do cão, enquanto este o persegue e cada vez que o alcança, senta. Em uma destas sentadas, outro adestrador que acompanhava tudo mais distante, chega por trás do cachorro e lança um *mordente*⁴⁹ próximo à perna do figurante, e todos começam a brincar e congratular o cão, que com o mordente na boca, parece se divertir com toda a situação⁵⁰.

Agora, outra situação. O cenário é um anfiteatro localizado no *Minhocão*⁵¹ da UnB. Dentro dele, cinco policiais e um cão. Quatro policiais estão dispersos no interior do anfiteatro, de forma a cobrirem todo o espaço. O policial que conduz o cão então entra no anfiteatro, coloca o cão na posição de sentar, desconecta a guia da coleira⁵² e, dando um leve tapa no peito do cão, diz o comando *busca*, e então o cão começa a farejar todo o anfiteatro.

Em pouco tempo o animal senta próximo a uma fissura na parede, e fica olhando fixamente para ela, apontando aos policiais um local no qual havia uma pequena porção de crack embalado em uma sacola plástica. Os policiais então se aproximam do cão e, logo que um deles o premia com o mordente, começam todos a brincar com ele. Era um momento de festa onde o personagem principal era o cão, que é chamado de *garotão*, *meninão do papai*, enquanto é alisado. Também faz parte desta premiação o policial disputar com o cão o mordente que ele ganhou, cada um puxando para um lado. Até que, com o comando *aus*⁵³, o animal solta o mordente, que é recolhido para ficar fora do alcance de sua visão, e então ele se mostra já interessado em iniciar nova busca.

49 *Mordente* é um objeto utilizado como brinquedo para o cão morder, e depois disputa-lo com seu condutor, utilizado para premiar os cães em trabalhos e treinamentos.

50 De forma bastante grosseira o treinamento dos cães policiais pode ser definido como a associação de alguns odores à brinquedos, como que quando encontram as fontes de odores específicos encontram também os brinquedos, sejam mordentes ou bolas, chamados prêmios.

51 *Minhocão* é como é conhecido informalmente o prédio do Instituto Central de Ciências (ICC) da Universidade de Brasília (UnB).

52 Guia é como é chamado o equipamento que se conecta à coleira do cão e pelo qual o condutor o conduz.

Novamente com o tapa no peito e o comando *busca*, o cão volta a farejar o anfiteatro até sinalizar⁵⁴ uma mochila, na qual se encontravam uma pistola e algumas munições. Repete-se o rito de premiação e festa com o cão, e novamente inicia-se uma nova busca.

O ponto sinalizado agora é um buraco no tijolo da parede, logo abaixo do quadro negro. Lá estava uma pequena porção de maconha. É feita a premiação e logo o cão inicia sua última busca. Apesar do chão ser bastante liso e escorregadio para o animal e do número de degraus que compõem o anfiteatro, o animal não parecia muito cansado. A impressão que ele passava era de interesse em continuar aquela *brincadeira*⁵⁵. Nesta última busca, o tempo gasto pelo cão é maior. Ele volta a todos os locais nos quais havia encontrado as drogas e armamento. Em alguns momentos, parava nestes lugares e olhava para seu condutor, como que pedindo ajuda. O condutor se movimentava calmamente, ficando mais próximo do ponto que logo o cão sinalizou, no qual estava uma porção de cocaína. Novamente a premiação é feita, com a mesma intensidade, agitação e euforia dos policiais. Então o cachorro é conduzido de volta à viatura, onde bebe água e volta à jaula, enquanto outro cão é levado ao anfiteatro.

As duas situações narradas acima são situações de treinamento dos cães e também dos policiais que acompanhei durante o trabalho de campo. Este tipo de treinamento representa parte significativa da rotina de trabalho dos *cachorreiros*. Ocorre quase que diariamente. Seu objetivo é manter policiais e cães preparados para atuar nas situações que normalmente atendem. É um trabalho em equipe no qual os policiais observam o trabalho do cão e do policial que o conduz, corrigem erros e treinam novas técnicas e situações, e considerado muito importante pelos *cachorreiros*.

53 *Aus* é um comando de origem alemã usado para que o cão solte o que estiver mordendo. Me foi dito por um agente da polícia federal que os comandos em alemão eram utilizados nesta língua por serem palavras curtas e de pronúncia forte.

54 A sinalização é a forma como o cão indica a presença das substâncias que está treinado a procurar. Neste caso o cão sinaliza sentando ou deitando, e olhando quase que fixamente a região que seria a fonte do odor. Esta forma de sinalização é chamada de sinalização passiva, em contraste à sinalização ativa na qual o cão morde e arranha o ponto de fonte de odor.

55 Esta é uma explicação bastante recorrente. “Para o cão, tudo não passa de uma brincadeira” dizem os policiais.

“O cão aqui na polícia é uma arma, e é um ser vivo, e por isso exige muito mais cuidado, muito mais responsabilidade porque não dá para trocar peças. Você precisa cuidar porque se a peça quebrar, vai ser difícil a reposição. Por isso a manutenção da arma, que é pelo treinamento diário, constante, é tão importante. O policial que não tem esse costume de treinar e treinar ele perde sua arma, sua ferramenta mais importante, que dá muito trabalho pra concertar depois.” (Cachorroiro 4)

“É um trabalho diário, não adianta deixar o cachorro no box e quando *tiver* uma situação colocar ele para trabalhar, que ele não vai trabalhar bem. Tem que trabalhar ele todos os dias, manter o *drive* dele alto. Se não for assim, é investimento jogado fora.” (Cachorroiro 3)

Os treinamentos são compostos tanto por exercícios e técnicas específicas desenvolvidas para o treino de cães policiais quanto por simulações de situações reais com as quais os policiais se deparam durante o trabalho. Os policiais relatavam que era necessário apresentar aos cães toda a diversidade de ambientes, sons, os chamados distúrbios, elementos que poderiam, no momento de um trabalho real, interferir na eficiência do trabalho destes cães.

Esta rotina de treinamentos adequa-se ao fato de a maioria das unidades de policiamento especializado trabalharem, em certa medida, aquarteladas, sob demanda, seja uma demanda desenvolvida internamente à unidade, seja uma demanda externa. Por algumas vezes estava acompanhando treinamentos quando estes foram interrompidos para atender a chamados recebidos.

Dois pontos me parecem relevantes acerca dos treinamentos que fazem parte da rotina dos cães policiais, que são a avaliação dos policiais e o contato com a sociedade, que ocorre durante estes treinos.

Dentro das unidades policiais caninas os policiais avaliam uns aos outros em relação à sua eficiência em trabalho e seu conhecimento técnico. Eram avaliados como bons ou maus *cachorroiros*. Parte da avaliação, que gera certo tipo de categorização e hierarquização entre os *cachorroiros*, ocorre sobre a forma como cada policial conduz sua rotina de treinamentos.

Certa vez estava em conversa com um policial quando outro veio a ele informar que iria sair para treinar fora do canil, e se retirou. Então o policial que estava comigo disse que àquele horário, aproximadamente onze da manhã, era inaceitável que o policial estivesse todo este tempo conversando com outros policiais e tomando café ao invés de dar liberdade ao cão para o *besoin* e fazer treinamentos básicos. Ali ele estava classificando o policial como um *cachorro* de “menor qualidade”, do qual não se criam expectativas positivas acerca dos resultados que este trará. Em outros momentos ouvi críticas parecidas acerca do comportamento do mesmo policial. Visto como alguém que não cumpre uma rotina de treinamentos considerada correta, era taxado como um mau *cachorro*, e poucos policiais queriam-no em sua equipe ou queriam trabalhar com seu cão.

Ser considerado um *mau cachorro* significava um *estigma* (GOFFMAN, 1988) para o policial, deteriorando sua identidade mediante o grupo social, reduzindo suas oportunidades, seus vínculos sociais. Aqueles que carregam este *estigma* são muitas vezes considerados incapazes ou até nocivos. Não lhes era concedido o direito de trabalhar com os melhores cães, da mesma forma que com cães ainda em treinamento. Lhes cabia a função típica, e fundamental para a vida social, dos estigmatizados, que é demarcar e estabelecer as diferenças dentro de um grupo social, de seus parâmetros de normal e anormal, de bom e de ruim.

Da mesma forma, por algumas vezes algum policial apontava outro e o apontava como um “*bom cachorro*”. Entre estes estavam aqueles que os policiais diziam “viver no canil”, que normalmente iam lá mesmo fora do seu horário de serviço para realizar alguma assistência ao seu cão. Me foi dito certa vez que “o verdadeiro *cachorro* vive o canil mesmo quando está fora dele”. Então o nível da entrega do policial à rotina de treinamentos e cuidados com o cão é apresentado como característica dos *cachorros*, como policiais que, pela paixão no que fazem, se entregam mais ao trabalho que outros.

“É como se aqui eles tivessem que trabalhar além do que o policial de outras unidade trabalha, mas aqueles policiais que realmente gostam do cão. É aquele que está na hora de ir embora, mas ele não vai embora porque tem que dar liberdade para o cão, vai rasquear o cão, vai cuidar da baia dele antes de ir embora. Vai deixar limpo. Isso aí que é o extra. Pra você trabalhar tem que gostar muito, o outro não, ele

terminou o serviço, entregou a arma e pode ir embora. Aqui é quem de fato gosta. Ai que você vai ver a diferença entre o policial que diz “eu gosto do cão”, porque se você gosta vai tratar bem, vai deixar arrumadinho. Porque aqui ele vive preso. Na natureza ele vive solto, rola, toma banho, não com shampoo, toma banho da maneira dele, rolando ele se escova, se cuida, aqui como ele fica fechado, não tem como fazer isso. Quem tem que fazer isso? O homem.” (Cachorroiro 4)

“Viver os cães vinte e quatro horas por dia”, como me diziam alguns policiais, trazia algumas complicações para suas vidas pessoais. Complicações estas que os *cachorroiros* traziam como marca de sua identidade. Pareciam dizer com certo orgulho o quanto suas companheiras reclamavam do fato de eles gastarem a maior parte de seu tempo fora do trabalho com questões referentes ao trabalho, e que a maioria deles já tinha terminado algum relacionamento por causa disso. Alguns chegavam a, nos domingos, reunir a família pra um churrasco no canil, de forma a poderem realizar algumas atividades com os cães.

Muitos também me relatavam ter grande gasto, de seu próprio salário, para comprar equipamentos auxiliares ao treinamento ou mesmo para o bem estar de seus cães. Diziam que normalmente os pedidos de compra de material não eram cumpridos plenamente porque as instâncias superiores, que não entendiam a utilidade ou funcionalidade dos equipamentos pedidos, cortavam a maior parte dos equipamentos requeridos. Era bastante comum encontrar policiais conversando, quase que competindo entre si, sobre qual deles gastou mais ou menos, do seu próprio dinheiro, com seu cão⁵⁶.

Assim, tanto a rotina de trabalho quanto os efeitos desta para a vida privada dos policiais são consideradas marcas do *cachorroiro*. Certa vez recebendo um novo integrante do canil um *cachorroiro* veterano lhe disse que “se ele ainda não tinha *chifres* ou nome do SPC era bom se preparar”

Outra face significativa dos treinamentos realizados pelos policiais com seus cães, quando fora das instalações das unidades policiais, é a interação com a sociedade⁵⁷. Todas as vezes que acompanhei trabalhos fora dos canis, tentei ao máximo observar a

56 Sobre os recursos materiais haverá uma discussão mais profunda na seção que discute a autonomia dos canis, presente no capítulo 3.

57 A questão da relação entre polícia e sociedade no policiamento especializado com cães é tema de uma seção do capítulo 3, onde será melhor discutido.

reação das pessoas ao se deparar com os cães policiais atuando, pela forma como reagiam, pelo que comentavam e pelas abordagens que alguns faziam aos policiais indagando sobre o trabalho. Raras as vezes percebi civis que pareciam desconfortáveis com o trabalho dos policiais e dos cães.

Os policiais diziam que os treinamentos fora dos canis eram também uma forma de policiamento, pois a própria presença deles em locais como rodoviárias e aeroportos, mesmo que para treinamento, servia para reprimir crimes e mostrar que aqueles locais eram passíveis de intervenção policial. Dessa forma realizavam um policiamento com aparência quase lúdica, que não era percebido pela população como era o policiamento padrão.

“Sempre que a gente chega em determinado local para treinar, o pessoal já aborda, já pergunta como é o trabalho com cão, já pede para olhar, as vezes pede para conhecer o batalhão, se for uma pessoa que tem animal, ela pergunta se existe a possibilidade da própria polícia treinar o cão dele, tanto de maneira comportamental, obediência, essas coisas, então eles são bem mais receptivos.” (Cachorroiro 6)

2.3 – Cães Pets *versus* Cães de Trabalho

O termo *pet* é utilizado para se referir àqueles animais de estimação que, em sua maioria, não possuem função outra que não a de servir como companhia para seus donos. Nele estão inclusos cães, gatos, pássaros, peixes, coelhos, citando os mais comuns, mas também animais exóticos, como cobras, furões, aranhas e iguanas. Estão muito presentes no mundo de hoje, não apenas nos lares, ruas e parques, mas até em ambientes de trabalho⁵⁸.

Atualmente estima-se que aproximadamente 44% dos domicílios brasileiros possuam pelo menos um animal de estimação. Estes animais, principalmente os de convívio no âmbito doméstico, ocupam hoje posições de destaque na vida social de muitas indivíduos. Segundo Oliveira (2006) as terminologias utilizadas pelos donos para referirem-se aos seus animais, como “filhos”, parentes em geral, refletem a elevação de seu *status* de uma mera propriedade ao *status* de sujeitos sociais, com personalidade própria, intenções, vontades e agência.

Estudando a relação entre idosos e seus animais de estimação, Hara (2007) mostrou que possuir um animal, assumir as responsabilidades sobre ele, mesmo que parcialmente, tem um significado de independência. São assim importantes cumprindo papéis sociais, principalmente pra indivíduos em situações de pouco amparo social.

Este novo lugar de destaque ocupado pelos animais de estimação teve também seus efeitos econômicos. Segundo pesquisa da empresa GS&MD o mercado pet no

58 Tem se tornado comum em algumas empresas a permissão para que seus funcionários levem seus animais de estimação para os locais de trabalho. Esta prática, que ocorre em outros países, já começa a ocorrer no Brasil.

Brasil fechou o ano de 2013 com um faturamento de R\$ 14 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 1 bilhão em relação à 2012. A maior proximidade entre os donos e seus animais de estimação, aliado a processos de humanização⁵⁹ destes animais, fomenta um grande mercado. Além dos cuidados básicos como alimentação e cuidados veterinários, existe todo um mercado para atender a caprichos como cervejas e picolés para cães, roupas, equipamentos de esporte, festas e procedimentos fúnebres.

O que se apresenta então é uma enorme parcela da população participando de uma *cultura pet*, que envolve práticas, ideologias, mercado e comportamentos mais ou menos padronizados. Tal cultura estaria relacionada à socialização primária dos indivíduos, sobre a forma como se estabelecem, ou como deveriam estabelecer, as relações com animais.

Alguns policiais que acompanhei relatavam não ter o costume de treinar em locais como o Parque da Cidade⁶⁰ ou Ermida⁶¹ devido ao grande número de animais de estimação que frequentam estes lugares. A grande concentração de *pets* nestes locais poderia gerar incidentes com os cães policiais, como brigas, e também torna estes locais mais suscetíveis de estarem contaminados com parasitas ou doenças. Comentavam que hoje em dia todo mundo tem um, dois cachorros.

Mudanças históricas na sociedade e na cultura fizeram com que os animais de estimação adentrassem o convívio social assumindo papéis antes tomados apenas por humanos, como os papéis de filho e filha, neto e neta (OLIVEIRA, 2006). Uma pesquisa realizada pela Comissão de Animais de Companhia (Comac) do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN) e denominada Radar

59 *Humanização* é como costumeiramente se chama o hábito de conceder características humanas aos animais. Muitos cientistas sociais preferem o termo *antropomorfização*. Segundo Konecki (2007) os processos de antropomorfização relacionam-se ao fato de os donos associarem seus animais a papéis humanos, como filhos e amigos. Serpell (2003) define antropomorfização como a atribuição de estados mentais humanos (como valores morais, gostos e preferências individuais, sistemas de motivação, intencionalidade da ação) a seres não-humanos.

60 *Parque da Cidade* é como é popularmente conhecido o Parque Dona Sarah Kubitschek, parque multiuso que fica localizado na Asa Sul do Plano Piloto em Brasília, Distrito Federal. Fundado em 11 de outubro de 1978, atualmente é bastante utilizado para prática de esportes e tipos diversos de lazer, dentre os quais passeios com animais de estimação.

61 *Ermida* é como popularmente é chamada a área em que fica a Ermida Dom Bosco, monumento projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 1957 em homenagem ao padre italiano São João Bosco. É uma área bastante utilizada para a prática de esportes como Skate, Longboard e Patins, devido às suas inclinações e curvas, e para banhos no lago.

Pet 2013 defendeu que com a verticalização das cidades e com o aumento do poder de compra da classe C, houve um aumento de 2% do número de apartamentos com gatos no país. Este número, que parece pequeno, representou um aumento de 43% na participação da população de felinos como animais de estimação no país. O aumento do número de gatos estaria relacionado ao fato de estes serem considerados mais independentes para viver em apartamentos do que cães, exigindo menos tempo de passeios e outros cuidados.

Autores como Latour (1994) defendem a agência de não-humanos, enquanto outros com Irvine (2008) defendem que alguns animais domésticos possuem *self* muito próximo ao *self* humano. Discordo dos autores em suas teses, mas entendo que a relação entre homem e animais, principalmente os domésticos, pode ser um objeto com grande potencial para a sociologia, desde que entendida como um produto do social, e não como uma relação entre dois atores sociais iguais, como dois humanos, como alguns criadores de animais entendem sua relação com seus *pets*. É inegável que existe toda uma construção social de representações sobre os animais⁶², todo um conjunto de simbolismos acerca dos animais que está presente na cultura humana.⁶³

No texto *The Zoological Connection* (1979), Clifton Bryant alertava os sociólogos que incluir os animais e sua relação com os humanos poderia ajudar no entendimento de categorias sociais como trabalho, papéis sociais, crime e família, mas apenas na década de 1990 os sociólogos aceitaram os desafios propostos por Bryant e começaram a realmente empenhar estudos nesta área (IRVINE, 2008). A relação entre os donos e seus animais de estimação, assim como a relação entre os policiais e seus cães, no chamado *binômio policial-cão*, possui potencial para o estudo sociológico. Mas aqui cabe uma importante distinção, que traz implicações importantes para o desenvolvimento, tanto individual quanto estrutural, do policiamento especializado com cães. E esta distinção é entre animais *pets* e animais de trabalho.

62 Como exemplo cultural singelo das representações construídas na relação entre humanos e animais podemos citar o clipe da música *Lone Digger*, do grupo Caravan Palace. O clipe pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=TbsBEb1ZxWA>

63 Embora essa discussão sobre agência e self de não humanos seja importante, não faz parte do tema desta dissertação.

Já foi mostrado que o cenário atual sobre animais domésticos, *pets*, está bastante consolidado, tanto em sua estrutura político-econômica, quanto na cultura do indivíduo ocidental contemporâneo. Em contraposição, o cenário sobre animais de trabalho é bastante diferente.

Historicamente a relação entre homens e cães se construiu em relações de trabalho, através dos cães de caça dos mais diversos tipos e modalidades, dos cães de pastoreio, dos cães de faro, cães de guerra, cães de guarda, dentre outros (FIORONE, 1970). Nestas práticas a relação entre os homens e os animais se diferencia bastante daquela que se estabelece entre os homens e os atuais *pets*.

Cães de trabalho possuem seu valor na capacidade e aptidão para realizar as tarefas a ele demandadas. Devem valer a ração que comem, diziam alguns policiais. “O cachorro para ser mantido no canil deve valer o investimento feito nele” ouvi certa vez de um responsável por um canil policial. Não que não se estabeleçam relações de afeto e carinho, muito pelo contrário, mas a ideologia que serve de base para a relação entre homens e animais de trabalho é distinta daquela presente da cultura de *pets*.

O comportamento do policial em relação ao seu cão e sua forma de se comunicar com ele, são diferentes das formas habituais de se tratar um cão de estimação. Existe toda uma nova conduta a ser adotada para que as técnicas de adestramento aplicadas tenham resultado efetivo.

Também é distinta a reprodução seletiva que ocorre com animais de trabalho em relação à reprodução seletiva de *pets*. Na reprodução dos cães de trabalho são valorizadas características que melhorem o desempenho dos animais em seu trabalho, buscando uma funcionalidade mais próxima daquela que os animais desempenhariam em vida selvagem.

O fato é que no Brasil cães de trabalho nunca foram utilizados de forma sistemática e disseminada, e é pequena a cultura de animais de trabalho. Poucos grupos desenvolvem este tipo de trabalho, e alguns ainda na marginalidade, como os

caçadores⁶⁴, e por isso não faz parte da cultura brasileira o uso de animais de trabalho tanto quanto faz em outras culturas.

Para o policiamento com cães é necessário treinamento técnico, que ocorre nos cursos de formação, para que os policiais sejam adaptados a este tipo singular de trabalho com animais. E a principal dificuldade que uma grande maioria encontra é naquilo que chamam de *humanizar* os cães de trabalho, que na verdade significa tratá-los como *pets*.

“Quando as pessoas vêm trabalhar aqui, tem uns que continuam com a condição de *pet*. Então tem uns cães que hora trabalham, hora não trabalham, é sempre muito apegado, se a pessoa não vem trabalhar ele não mexe, não rende, não trabalha. E aqueles que trabalham com desapego, sem humanizar o cão, onde o cão é o companheiro de trabalho, esse aí vai embora, independente, autônomo, trabalhador. Então essa é a diferença: aqueles que têm o cão realmente como pet, uma muleta para me ajudar nas minhas dificuldades emocionais e aquele que é um guerreiro, que trabalha junto, companheiro de jornada a serviço da sociedade.” (Cachorreiro 4)

Esta definição de *humanização* a coloca como uma das formas de antropomorfização da relação entre homens e animais, uma forma específica, típica de nossa sociedade contemporânea, na qual os animais atingiram *status* social de quase humanos. Mas algumas formas de antropomorfização são socialmente inerentes ao trabalho com animais, como a categorização de posições sociais entre cães (cadela x ser esposa do cão y), a definição de interesses pré concebidos a suas ações (o cão fez isso porque queria aquilo), e até mesmo a própria ideia de que pode ser estabelecida uma relação entre homem e animal é uma forma de antropomorfização (KONECKI, 2007)

A nomeação dos animais, segundo Strauss (1989), seja de animais domésticos como cães e gatos, seja de animais de trabalho como cavalos ou bovinos também reflete sua condição de sujeitos, mesmo que como sujeitos limite, na sociedade humana. Já Ingold (1995) defende que o predominante uso de termos metafóricos para nominar animais ao invés de nomes humanos poderia remeter à uma herança epistemológica do pensamento ocidental que considera os seres humanos superiores aos animais. Sobre

64 No Brasil, dada sua ilegalidade histórica, a prática da caça se desenvolveu sob um estigma de criminalidade, sem deixar de estar presente e disseminada em todo o território nacional. Junto à ela, desenvolveram-se raças para sua prática, como Hounds Americanos, Perdigueiros e Dogos Argentinos, além de raças nacionais, como o Veadeiro Pampeano, o Veadeiro Nacional e o Pointer Brasileiro.

isso, atualmente, cabem algumas ressalvas, pois tem se tornado cada vez mais comum nomear animais com nomes humanos, principalmente com abreviações ou apelidos característicos de alguns nomes ou mesmo com nomes de personalidades reconhecidas em algum meio (como nomes de músicos e personagens de filmes e livros.)

Em relação ao cão podemos citar a categoria de fidelidade, presente na ideia de que o cão é “um amigo fiel”, como uma forma clássica de antropomorfização na relação entre homem e cão, e fortemente presente entre os *cachorreiros*. Um dos canis etnografados neste estudo tinha como um de seus lemas a seguinte frase: “Ao lado do homem o cão, fiel.”

Mas a questão que se impõem, principalmente quando tratamos sobre a formação de policiais para o trabalho com cães, está na dificuldade em desconstruir representações, hábitos e comportamentos oriundos de uma socialização primária na qual a principal concepção de relação entre os homens e seus animais domésticos é aquela relacionada à criação de *pets*. Esta socialização primária ensina os indivíduos a se relacionarem com os animais a partir de analogias com os humanos, *humanizando* não só os animais mas toda a estrutura de relação com eles.

Um exemplo disso é o caso que me foi relatado sobre uma policial que, no primeiro dia do curso de cinotecnia, teve autorização de um instrutor para abraçar e fazer carinho em seu cão, o que ela logo fez utilizando também da comum voz infantilizada para se referir aos animais. Os policiais diziam que ali se estabelecia uma relação *pet*, que traria muita dificuldade para o aprendizado tanto da policial quanto do seu cão. Os adestradores reclamavam que os policiais que *humanizavam* seus cães os tornavam menos aptos ao trabalho, reduziam sua eficiência, e aumentavam a dependência do animal em relação àquele policial, tornando-o, às vezes, inapto a trabalhar com outros policiais.

Como já dizia Berger (2004), os elementos oriundos da *socialização primária* têm tendência a ficar mais firmemente arraigados nos indivíduos, e por isso a importância dos cursos e treinamentos, como formas de *socialização secundária*, para disciplinar o comportamento e modificar representações sociais dos policiais. Neste sentido, os cursos especializados para o trabalho com cães se assemelham ao curso de policiamento especializado estudado por Castro (2011), na medida em que *docilizam* os corpos dos policiais para a condução e também para a comunicação com os cães, e

estabelece uma série de filtros para selecionar aqueles considerados aptos daqueles considerados inaptos.

As diferenças entre a cultura *pet* e a cultura de cães de trabalho também se reflete nas críticas feitas aos policiais. É recorrente o discurso, dentro dos canis, de que a sociedade teria a impressão de que eles, pela forma como trabalham com seus cães, não gostam de animais. A sociedade em geral consideraria os treinos muito pesados, e que os cães da polícia são treinados para se tornar agressivos, com a única função de morder.

Também merece destaque um conflito, relacionado a este tema, que ocorre na Polícia Militar. Vários policiais relataram sobre cães que foram selecionados, enquanto filhotes, de forma errada, ou por motivos errados, e que isto implicava em gerações ruins de cães policiais. O cerne deste problema se encontra no fato de a palavra final sobre os filhotes escolhidos das ninhadas para ficar no canil ser do comandante do batalhão, o qual normalmente não possui conhecimentos técnicos necessários para tal escolha. O resultado são filhotes selecionados como se fossem *pets*, por sua beleza, postura ou comportamento sociável, e não por métodos de seleção adequados para reconhecer potenciais cães de trabalho.

Exemplos disso são cães que “só servem para aparecer na foto”, diziam os policiais. Havia um pastor branco que chamava bastante a atenção pela beleza de sua pelagem, como normalmente acontece com animais deste tipo. Mas era usado apenas em apresentações sem contato com o público, pois era considerado perigoso e podia morder em resposta à proximidade de estranhos ou ao contato físico. Além disso, animais com este tipo de pelagem possuem restrições para o trabalho devido à maior sensibilidade de sua pele à exposição ao sol, o que leva também a um condicionamento físico inferior à outras raças.

2.4 – O Binômio

Logo que iniciei meu trabalho de campo a categoria do *binômio* me chamou a atenção pela sua recorrência como categoria nativa. Sua definição é simples. O *binômio* é a unidade de policiamento composta pelo policial e seu cão quando em trabalho, atuando em unidade, como se fossem um.

Mas o *binômio* não se faz apenas com a união física entre um policial e um cão para uma tarefa. O *binômio* se constrói a partir de uma série de fatores, principalmente através do treinamento constante e recorrente de seus dois componentes. É a busca por uma intimidade comunicativa que tornaria mais eficiente o trabalho de policiamento com cães.

Tanto durante a etnografia quanto nas entrevistas o *binômio* apareceu como uma categoria central na prática de policiamento com cães, e envolta em dicotomias e incongruências. Partamos então de uma apresentação do discurso atual sobre esta categoria.

O discurso atual defende que os policiais e os cães das unidades policiais devem ser formados (através dos cursos de dos treinamentos diários) de forma a estarem aptos a formar *binômios* entre si em qualquer combinação possível. Este discurso se adequa a uma estratégia de otimização da eficiência da unidade policial como um todo, em contraposição à ideia de *binômios* fixos, onde cada policial trabalha especificamente com seu cão. Além disso, é dito que quando um policial trabalha apenas com um cão fica limitado em sua capacidade de trabalhar com cães diferentes.

“Hoje a gente não trabalha com o *binômio* homem/cão fixo. É bom porque o policial passa a ter uma interação melhor com os cães e os cães com os policiais, então o que nós chamamos de leitura corporal, a visão que o policial tem do cão fica muito mais prática, mas nessa nova experiência nossa, essa colocação de um policial podendo trabalhar com outros cães e outros cães podendo trabalhar com outros policiais, a gente viu que dá certo, que o *binômio* faz sentido. Podemos as vezes perder um pouco na questão da ligação homem/cão porque se aquele policial não conhece muito bem o cão ou não está acostumado a trabalhar mais fortemente com aquele cão, num ponto ou *no* outro ele vai perder essa leitura, esse feeling, mas que nada vai atrapalhar o resultado final do emprego desse *binômio*.”
(Cachorroiro 7)

Aqui é apresentado um dos pontos centrais para o estabelecimento de *binômios*, que é chamada de forma geral de “ligação homem/cão”. Esta ligação remete à capacidade do policial de se comunicar e conduzir cães independentemente de suas características e padrões comportamentais, e está relacionado ao fato de cada animal possuir características comportamentais próprias⁶⁵.

A relação que se constrói entre os policiais e os cães não foge ao padrão social de relação homem/natureza, que é de dominação (ADAMS, 2012; IRVINE, 2008; INGOLD 1995). Esta relação é apoiada nas categorias, humanas, de amizade, lealdade e companheirismo, principalmente. A partir destas categorias se constroem técnicas de

65 É a partir deste fato, principalmente, que se apoiam correntes teóricas de campos diversos que trabalham sobre a personalidade dos animais, como por exemplo autores que defendem o *self* animal semelhante ao *self* humano embasados teoricamente na corrente do interacionismo simbólico (IRVINE, 2008)

comunicação entre o policial e o cão, o que é decisivo para a eficiência do *binômio* em trabalho.

“Desde o primeiro contato que o policial tem com o seu cão, passa a conhecer bem aquele cachorro, aquela relação de companheirismo mesmo. Sai do box⁶⁶ com o seu condutor, muitas vezes o seu condutor é quem o alimenta, é o que dá liberdade, é o que brinca, então vai criando de fato um vínculo muito grande ali. As vezes o cachorro basta olhar para o operador que o operador já entende o que ele quer e vice e versa. Então é importante de fato essa ligação.” (Cachorro 5)

“(…) identifiquei que no curso você vai estabelecendo primeiramente amizade com o cão. O policial se aproxima, estabelece aquele laço de amizade com ele, e de liderança, então a partir do momento que o cão estabelece esse laço, não sei se chega a ser de afeto, mas esse apego pelo condutor né? Você estabelece, vamos dizer um link entre os dois que faz com que o trabalho seja otimizado.” (Cachorro 2)

“No início, quando você tem um certo receio, um certo medo de trabalhar com o cão, você percebe que ele começa a crescer pra cima de você e se tornar um pouco mais desobediente. Daí depois que você vai pegando toda a técnica, toda a forma de conduta de trabalho, que você vai vendo como o comportamento dele vai melhorando.” (Cachorro 4)

Neste intuito os policiais são treinados para adquirir uma percepção capaz de compreender a linguagem corporal dos cães e, a partir de seu próprio corpo, também se fazer entender pelos animais. Ademais dos processos de modelagem comportamental que treinam os animais a atender a comandos vocais dos policiais, a postura e linguagem corporal é apresentada como essencial para a formação dos *cachorros*.

“É importantíssimo o comportamento de cada cachorro, porque o cachorro não fala, ele fala através dos seus gestos, da sua expressão corporal, até de sua respiração, da sua mudança de comportamento na intensidade na hora do faro, ele tem que saber interpretar isso aí. Se o cachorro falasse seria ótimo, mas como ele não fala, essa é a forma como ele se comunica com seu operador.” (Cachorro 2)

66 Box ou baia são os locais onde os cães ficam, individualmente, nos canis.

Os cursos de formação, os treinamentos rotineiros e as tarefas básicas de trato dos cães podem ser consideradas como meios para que se realize com mais eficiência a finalidade do policiamento com cães de detecção, que é, através do binômio, a busca por substâncias. E essas atividades meio são aquelas tomadas como importantes no processo de formação do binômio.

“(os policiais) aqueles que normalmente fazem os cuidados diários com seus cão tem muito mais chance de sucesso em formar um binômio porque é ali que se estabelece o contato íntimo, de amizade mesmo, entre o policial e o cão. Tem uns que não sabem nem como o cão come, nem como ele faz o *besoin*, nem se está limpo, sujo, mais magro. Aí não adianta insistir porque o cão não vê o policial como um parceiro de trabalho, vê como uma pessoa qualquer (...)” (Cachorreiro 3)

“Sempre tem né, alguns a gente já sabe que se não pegar no pé ele não cuida do cão, pouco sai pra treinar. E isso acaba causando um trabalho bem abaixo do esperado, o cão não rende como a gente vê que podia. O certo nessa hora é trocar o cão de condutor, porque o que a gente não quer mesmo é perder o cão. Eu digo que não desisto nunca de um cão que sei que tem genética pro trabalho. O (nome do cão) é um exemplo. Quando saiu daqui pra trabalhar com o (nome do policial) a gente esperava um *puta* resultado, mas hoje ele *ta* aqui de volta, porque eu sei que ele trabalha bem, só estava sendo mal guiado.” (Cachorreiro 8)

Além dos fatores que contribuem para a formação de um *binômio*, cabe ressaltar também aqueles fatores que são tidos como nocivos para tal, como os erros de técnica em conduzir o cão, a humanização do cão ou a má seleção e formação do animal para o trabalho desejado.

Como uma forma de policiamento especializado que utiliza de uma ferramenta complexa, o cão, para demandas diversas em ambientes e situações também diversos, a formação técnica dos policiais para o cumprimento de suas tarefas se apresenta como elemento central para a aceitação dos indivíduos que pretendem trabalhar com o policiamento com cães.

Acompanhando o trabalho dos *cachorreiros*, principalmente aqueles que ministravam matérias nos cursos, percebi que falhas técnicas na condução dos cães são observadas e constantemente apontadas. Algumas equipes de trabalho tinham o costume de, terminado o treinamento ou atendimento a alguma ocorrência, se reuniam para um debate sobre a atuação individual dos policiais, dos cães, e da equipe. Nestas reuniões informais a hierarquia de conhecimento aparecia, tanto que na PM era comum ver policiais de patentes mais baixas corrigirem erros de policiais de patentes mais altas, muitas vezes praças corrigindo e orientando oficiais.

Os policiais que eram reconhecidos pelo grupo como *cachorreiros* mais experientes tomavam a frente nos momentos de avaliação e orientação dos outros policiais. Eram aqueles que tinham conhecimento para não só perceber os erros cometidos como apresentar soluções.

“O mais importante para eles (policiais novicos) é trabalhar na rua com policiais *de estrada*, com carga de experiência para poder ajudar eles nos erros normais de quem está começando. O começo é sempre difícil, ainda mais se o policial não tiver acostumado com cão.” (Cachorreiro 8)

“Posso dizer que quem me formou mesmo foram (cita dois policiais) que me ajudaram muito nesse período todo. Tanto de poder observar eles trabalhando como com as *duras* que eles davam, porque não tinha moleza não. Eles sempre diziam que quem está começando tem que suar a camisa e hoje eu vejo que é assim que a gente aprende como ser, como tratar bem o cão, a conduzir mesmo ele, sem deixar passar nada.” (Cachorreiro 6)

A grande singularidade do cão policial como ferramenta de trabalho é sua condição animal, de ser vivo, com todos os reflexos que isto traz, como desenvolvimento com a idade, sexualidade, idiossincrasias comportamentais e instintos naturais. Isso exige então um cuidado, avaliação e manutenção constantes. Além disso, o *cachorreiro* precisa ser apto a avaliar os potenciais instintivos dos cães,

principalmente na seleção de filhotes, pra que possa designá-los para o trabalho para o qual possui, de acordo com seus instintos mais ativos, maior aptidão⁶⁷.

Cabe então ao policial avaliar a aptidão dos cães não só para os trabalhos específicos mas também para as condições de trabalho. A condição física dos animais e sua adaptabilidade aos ambientes também é levada em conta no momento de escolher os cães para atender à alguma demanda. Esta percepção é, de acordo com o que ouvi de muitos policiais, adquirida a partir da vivência com diversos cães policiais nas diversas etapas de seu desenvolvimento e percepção.

Erros na seleção de filhotes ou na escolha do trabalho para estes são frequentemente acusados por *cachorreiros*.

“Não dá pra perder um cão né, é um recurso muito caro que o estado investiu e que temos que cuidar pra não perder. A gente sabe que é a gente que faz dele um bom cão de trabalho ou não, desde que ele tenha genética pra isso. E aí entra outra história, mais difícil né, porque o pessoal lá de cima (cargos de comando) não entende que genética boa tem um custo elevado, mas que se paga no trabalho do dia a dia. É muito caro, eu sei que não é barato, mas um cão de genética boa a gente vê de longe.”

(Cachorreiro 1)

O que se procura então é adquirir uma relação íntima com o cão, através de categorias como amizade, parceria e lealdade. O objetivo do *binômio* então é estabelecer uma relação na qual a comunicação entre o condutor e seu cão esteja em sintonia, para que no momento do trabalho nenhuma mudança comportamental do cão possa indicar a presença de alguma substância passe despercebida.

“O que ocorre dentro da polícia é que no processo de construção desse binômio a gente termina tendo uma relação maior com o cão para todo tipo de atividade, seja na parte de lazer, seja na parte de treinamento, temos um contato único e exclusivo com aquele animal, até ele de fato entender "olha, esse aqui é o novo companheiro de trabalho". Demora alguns meses de fato para conseguir alguma afinidade, é sabido que o cão é leal, ele é fiel, então para construir, demora alguns meses mas é importantíssimo. E

67 Para as diversas funções a que servem os cães policiais, que são o policiamento de ronda, a contenção de multidões, a detecção de substâncias, a busca e captura e a apresentação em eventos, existem instintos específicos do cão que são necessários para sua realização.

uma vez construído a gente tende a trabalhar unicamente com aquele cão que você construiu binômio. Somente em situações raríssimas eu iria trabalhar com um cão de outro policial. A leitura que precisa ser feita do policial para o cão e do cão para o policial, deve estar bem nítida. Dificilmente outro policial teria a mesma leitura do meu cão e meu cão ter uma leitura daquele policial, então deve haver uma sintonia fina entre eles.” (Cachorroiro 3)

O risco que se apresenta pela intimidade com o cão de trabalho é a humanização semelhante àquela que ocorre com os *pets*. Seja pela vocalização infantil, por carinhos e agridos nas horas erradas ou pela postura do condutor, a humanização dos cães é tida como um vício que deve ser desconstruído para evitar que o cão de trabalho seja “perdido”⁶⁸.

Capítulo 3 – Policiamento com cães, Segurança Pública e Sociedade

⁶⁸ A discussão sobre a humanização de cães de trabalho foi apresentada em seção anterior de forma mais abrangente.

Já é hora
De uma nova consciência
Vamos dar um basta à violência
E fazer reinar a união⁶⁹

3.1 – Abordagem policial com cães

A abordagem policial é uma das principais formas de contato entre a sociedade civil e as corporações policiais e por isso possui grande influência sobre a imagem que se constrói socialmente sobre a polícia e sua forma de atuação (BITTNER, 2003). Foi partindo desta ideia que busquei participar do maior número possível de abordagens policiais com equipes que trabalhavam com cães.

No trabalho realizado com cães farejadores pelo BpCaes a abordagem de pessoas ou veículos ocorre a partir de demandas recebidas, a partir das ordens de serviço, de apoio em operações como por exemplo em barreiras policiais para abordagem de veículos, em buscas em imóveis ou terrenos usados pelo narcotráfico e em ações em locais públicos como rodoviárias e terminais de transporte público.

⁶⁹ Trecho da música *Violência gera violência*, de Bezerra da Silva.

Na Polícia Federal o contato dos cidadãos com o policiamento com cães de detecção ocorre com frequência em operações nas rodoviárias interestaduais e nos saguões dos aeroportos. O SECAN tem se empenhado em desenvolver técnicas para que os cães trabalhem farejando não só caixas e mochilas, mas também pessoas. Este trabalho tem se desenvolvido a partir de demandas geradas em função do narcotráfico, a partir das mulas⁷⁰, quanto pelo terrorismo⁷¹.

O GOC é a unidade policial dentre as pesquisadas cujo trabalho envolve majoritariamente a abordagem policial. Como o foco desta unidade é a fiscalização de ônibus interestaduais, está em constante contato com grande número de indivíduos. Durante meu trabalho de campo a média de ônibus abordados por operação era de aproximadamente quarenta ônibus, dos quais a maioria trazia passageiros, o que significa que algumas centenas de pessoas eram abordadas por operação.

Cabe aqui ressaltar que não apenas em situações de abordagem mas também em situações de policiamento e treinamento nos quais havia público havia grande diferença no comportamento dos policiais. Utilizando dos conceitos de Goffman (1975), quando o *público* era composto apenas por policiais, os elementos da *fachada* eram mobilizados de forma diferente de quando o público era composto também por *paisanos*, principalmente em lugares públicos.

Nas situações onde o *público* era composto apenas por policiais o clima era mais despojado. Havia menor preocupação com o uniforme e com os armamentos. Muitas vezes os policiais usavam roupas desgastadas, para evitar danificar os uniformes. Conversavam entre si com total liberdade, principalmente sobre assuntos relacionados ao meio policial e a “assuntos de homem”, como por exemplo sobre mulheres.

Já em situações onde o público ia além de policiais o comportamento e postura era diferente. Havia grande preocupação com o uniforme e com os equipamentos agregados a ele. A postura dos policiais era bastante séria, lacônica em alguns

70 Mulas é como são chamados os indivíduos que transportam drogas, seja em suas bagagens, seja em seu corpo, interna e externamente. Em traslados de avião as mulas podem levar substancias por dentro das roupas ou ingeridas em capsulas.

71 Durante minha etnografia no SECAN acompanhei os primeiros treinamentos de cães que pudessem farejar explosivos em pessoas no intuito de buscar possíveis homens-bomba durante o policiamento de aeroportos. Este treinamento surgiu a partir de uma demanda para a segurança dos Jogos Olímpicos no Rio em 2016.

momentos. Mobilizavam os elementos de sua *fachada* para impor a condição de policiais, cuja própria presença deve ser inibidora de comportamentos criminosos.

Quando elaborei o projeto que veio a se tornar este trabalho tinha como uma das minhas hipóteses que o policiamento com cães para detecção de narcóticos seria uma forma de policiamento menos influenciada pelos processos de sujeição criminal que são atuantes nas abordagens policiais⁷². Imaginava que o cão agiria isento de preconceitos sociais e da sujeição criminal. Além disso, fazia parte da hipótese que a abordagem com cães seria, de alguma forma, menos violenta para os abordados.

Logo no início do trabalho de campo esta hipótese mostrou-se equivocada. Em todas as abordagens que acompanhei feitas por policiais do BpCaes e do SECAN não foi a indicação do cão o motivo da abordagem. Os policiais primeiro determinavam aqueles a serem abordados, estes então passavam pela revista manual e seus pertences eram também revistados. Só depois disso, e por algumas vezes apenas, o cão era utilizado para farejar os pertences dos abordados.

A sujeição criminal aparecia em todas as escolhas de abordagem. O uso da força, seja na revista manual, seja na interpelação oral dos abordados, era a mesma que encontrava em policiais de outras unidades.

Certa vez, em uma grande operação em escolas públicas em busca de armas e drogas, inicialmente todos os alunos saíram das salas para que os cães buscassem dentro das salas e nas mochilas. Depois que todas as salas foram revistadas com a ajuda dos cães, os alunos foram revistados um por um, tanto homens quanto mulheres⁷³. Ou seja, a presença do cão não modificou de forma significativa os procedimentos comuns de abordagem.

72 Para uma melhor discussão sobre a lógica de construção do suspeito pela PMDF, vide Silva (2009), e para uma melhor discussão sobre sujeição criminal, vide Misse (2010).

73 Fato singular foi que depois de todos os homens serem revistados, restavam ainda muitas mulheres, dado que havia apenas uma policial na equipe, e apenas ela podia revistar as mulheres. O restante da equipe aguardou cerca de vinte minutos até que a policial concluísse as revistas. Ao término, bastante cansada, ela reclamou do fato de sempre estar sozinha e ter maior volume de trabalho em situações como essa.

3.2 – O cão como meio de coerção social

Enquanto os passageiros desciam do avião os dois policiais, um dos quais conduzindo um cão farejador, já os aguardavam na área onde as esteiras traziam as malas despachadas. Quando as malas e os passageiros chegaram, o policial conduziu então seu cão por entre as pessoas, as vezes colocando-o para andar sobre a esteira e farejar as malas que por ela chegaram.

O outro policial observa a certa distância. Ele relatava que observava a reação das pessoas ao observarem a presença do cão farejador, buscando reações que pudessem indicar algum suspeito. Por algumas vezes ia até o policial que conduzia o cão e trocava algumas palavras, e em seguida o cão era conduzido a uma outra parte do salão.

Algumas pessoas demonstravam interesse e empolgação com a presença do cão policial, apontando, comentado e tirando fotos. Outras, no entanto, demonstravam não ficar à vontade com o contato direto com o cão ou com o contato do cão com suas bagagens. Mas em geral os passageiros não se importavam com o policiamento com cão.

Ao fim da fiscalização, passados três voos, o policial que possuía maior tempo de serviço relata que aquele serviço tem uma função muito mais inibitória e preventiva que combativa. O objetivo principal ali não é a busca por substâncias ilegais, mas sim mostrar a presença do policiamento com cão, como uma forma de inibir aqueles que poderiam vir a traficar drogas. Era por isso que, continuava o policial, quando uma apreensão era feita, faziam questão de convocar a imprensa para que através dela a população tomasse conhecimento da presença de cães farejadores naquele local.

Como o policiamento é um fenômeno vinculado à noção de controle social e suas dinâmicas, pode ser analisado em seu caráter instrumental, em seu potencial inibitório sobre possíveis comportamentos e atitudes, individuais ou de grupo (MUNIZ & PAES-MACHADO, 2010). Isso remete à mais tradicional forma de policiamento com cães, que é a patrulha e ronda com cães e o uso destes para o controle de massas.

As mudanças que a democracia exigiu das corporações policiais para que estas se adequassem ao novo sistema político, remodelando os dispositivos coercitivos através de um processo de substituição da violência deliberada e da administração de sua escassez por outras formas de coerção, legítimas socialmente (MUNIZ & PAES-MACHADO, 2010), se encaixam no desenvolvimento de práticas de policiamento com cães de faro. A possibilidade de um policiamento invisível, no qual muitas vezes o cidadão nem percebe que foi fiscalizado⁷⁴.

Cabe aqui lembrar que Garland (2008) mostrou que a partir da década de 1970 se iniciou uma mudança na percepção em relação às causas dos crimes, às penas impostas aos criminosos e também às formas de enfrentamento do crime e de construção de políticas de segurança. Wieviorka (1997) acrescenta que estariam ocorrendo transformações da violência e de suas representações em todo o mundo.

⁷⁴ Quando o cão é utilizado para farejar malas de aviões ou ônibus sem que os passageiros observem, ou quando um cão farejador caminha pelo saguão de um aeroporto ou de outro local público, muitas vezes as pessoas não percebem que foram fiscalizadas. É o que os policiais chamam de trabalho invisível do cão.

Dentre estas representações, o emprego da violência perde a legitimidade, como já foi dito, e abre caminho, no campo das representações, para formas de coerção menos carregadas de violência física.

Qualquer pessoa que já tenha frequentado um estádio de futebol em dia de jogo reparou nos policiais com cães que normalmente ficam na parte do campo em frente às torcidas organizadas. Em média são quatro a seis policiais com cães por jogo, o que é um número insuficiente caso ocorra uma invasão em massa no campo. Mas a função dos *binômios* ali empregados não é a contenção da massa em caso de invasão, e sim a inibição da invasão pela representação de perigo que o cão possui.

Os cães escolhidos para atividades de patrulha e ronda, como os que fazem a segurança de estádios e grandes eventos, são de raças específicas, normalmente, aquelas sobre as quais recaem representações de força, brutalidade e violência, como por exemplo Rottweilers, Dobermans, Pastores Capa Preta, Pitbulls, dentre outros. Dada a maior funcionalidade anatômica e genética de outras raças⁷⁵ para o trabalho de detecção e de busca e captura, estas raças, que antes eram símbolo do trabalho policial com cães, hoje estão relegadas às funções de patrulha e ronda. Isso devido a uma mudança nos trabalhos realizados pelos canis policiais nas últimas décadas.

“(…) quando eu cheguei o pessoal usava mais o cão para distúrbio civil, então era o quê? Papuda vivia em rebelião, tinha um certo resquício de sistema militar. E era pra quê? Ficar do lado do policial e morder qualquer um que se aproximasse. Hoje não, você precisa treinar o cão para que ele busque aquilo que você precisa buscar. Então se é uma droga, ele precisa pegar aquela droga. É uma a pessoa que fugiu, um bandido? Então ele tem que buscar aquela pessoa. É papel-moeda, como eles usam lá fora, então vai identificar o papel-moeda onde estiver, encontra e indica.” (Cachorroiro 4)

O que chama a atenção é a instrumentalidade das representações acerca dos cães, de acordo com sua raça, para a finalidade da coerção e repressão. Isto decorre de construções sociais acerca dessas raças, imputando a elas características que geram medo, as vezes terror e pavor nas pessoas.

⁷⁵ São usadas principalmente as raças de cães pastores e cães de caça para os trabalhos de detecção, como por exemplo pastores belga de malinois, pastores alemães, beagles, dentre outros.

O Pitbull é exemplo de uma raça que, a partir das situações geradas por criadores que os moldavam para a violência, é representada hoje como uma raça agressiva, sem possibilidade de controle, e de alto risco. Por muitas vezes, em muitos países, esta representação levou a tentativas de proibição e até extinção da raça. O discurso dos *cachorreiros* vai na direção oposta, defendendo que o que molda o comportamento dos cães, independente das características genéticas da raça, é o dono⁷⁶.

Em algumas abordagens de rua esses cães são usados no intuito de inibir que os abordados reajam ou tentem fugir. E o discurso acerca desse uso é que o cão representa uma ferramenta com menor intensidade de uso da força que outras ferramentas, como as algemas e *tasers*⁷⁷. Ou seja, a presença do cão inibiria situações nas quais se faria necessário o uso da força em maior escala.

O discurso do uso escalonado da força também é utilizado para legitimar o uso de cães de busca e captura. O que se defende é que caso os policiais buscassem os suspeitos escondidos em regiões ermas, tanto os policiais quanto os suspeitos estariam sob risco de conflito com armas, e então o uso do cão para buscar e capturar estes suspeitos, mesmo com as mordidas que estes podem receber, seria uma forma menos violenta de agir.

Tanto no uso de cães de busca e captura quanto no uso de cães de detecção ou de ronda e patrulha o discurso defendido pelos policiais é que estas práticas atendem às demandas de redução e controle do uso da força por parte da polícia. O que se evidencia é que a violência física, em alguns casos, é substituída por uma violência física de menor intensidade, ou até mesmo por uma forma de violência simbólica (BOURDIEU, 1989) como o medo de cães.

76 Este conflito é citado como exemplo e não cabe dentro das discussões deste trabalho.

77 Taser são armas de choque, utilizadas para imobilizar suspeitos em situações críticas.

3.3 – O cão como meio de comunicação social da polícia

Meu primeiro contato direto com o policiamento com cães ocorreu em uma feira de animais de estimação chamada Brasília Pet Show, em 2014. A programação deste evento contava com apresentações e estandes de dois canis policiais nos quais tinha interesse em realizar minha pesquisa. Nesta época, já com o projeto em mente, vi este

evento como uma boa oportunidade para conhecer um pouco do objeto que havia escolhido.

Durante dois dias fui ao Brasília Pet Show e fui aos estandes dos canis policiais como um civil interessado em conhecer o trabalho deles, o treinamento dos cães, os equipamentos utilizados, etc. Estes estandes eram bastante movimentados e atraíam muita atenção dos visitantes do evento. Notei grande quantidade de crianças interessadas nos cães policiais.

Nos dois estandes estavam expostos equipamentos como coleiras e guias, roupas de treinamento, viaturas modificadas para o transporte de cães, fotos de apreensões e de treinos, e alguns cães. Alguns policiais atendiam aos visitantes apresentando-os o trabalho realizado pelo canil e respondendo às dúvidas. Me apresentava então como um civil interessado no trabalho deles, e tentava entender qual o interesse envolvido na participação dos canis policiais em um evento deste tipo.

Quando já realizava meu trabalho de campo, percebi que não eram poucas as demandas recebidas de apresentações em escolas, eventos e feiras, em todos os canis policiais. Recorrentemente também recebiam pedidos para a realização de reportagens jornalísticas sobre o policiamento com cães, dentro e fora dos canis.

Dado que a relação e diálogo entre a sociedade e as corporações policiais deterioraram-se (BITTNER, 2003; MUNIZ, 2011) existe uma tendência destas corporações em buscar estratégias de aproximação com a sociedade civil. O que percebi durante o trabalho de campo é que os cães policiais são constantemente empregados, em várias situações, como instrumento de comunicação e aproximação da sociedade.

“Eu vejo que o comando da polícia ainda quer usar muito o cão para aparecer, tipo para mostrar que o cão está na rua protegendo, mas não é bem isso que o cão vai fazer, ele é tipo um trabalho invisível: ele vai lá, buscou, encontrou. Pronto, deu retorno. Não é para ficar aparecendo para mídia, tirando foto. É para ir lá e resolver o problema. A pessoa que fugiu, roubou, vai lá e prende, não é para ficar tirando foto.” (Cachorroiro 4)

Utilizar os cães para engendrar uma aproximação da sociedade só é possível pela condição do cachorro dentro da cultura ocidental, como *pet* companheiro e amigo,

muitas vezes até como parte da família. Atraem a atenção das pessoas, e não só a atenção, mas também o interesse. Em muitas oportunidades vi pessoas pedirem para tirar fotos ou acariciar os cães, o que normalmente era permitido ao fim das operações ou treinamentos, para que os cães não fossem interrompidos enquanto trabalhavam.

“Desde que eu comecei a trabalhar com os cães, eu vi que a recepção é realmente bem maior da sociedade, eu vejo ele, talvez por se tratar de um animal, e como toda sociedade, toda população tem um certo carinho por animais, e gostam um pouco de animais, eles recebem um pouco melhor. Sempre que a gente chega em determinado setor o pessoal já aborda, já pergunta como é o trabalho com cão, já pede para olhar, as vezes pede para conhecer o batalhão, se for uma pessoa que tem animal, ela pergunta se existe a possibilidade da própria polícia treinar o cão dele, de maneira comportamental, obediência, essas coisas, então eles são bem mais receptivos.” (Cachorroiro 6)

Para uma instituição que busca a aceitação e legitimidade de seu trabalho por parte da sociedade, que busca com esta resgatar um diálogo importantíssimo, o uso dos cães como ferramenta de comunicação social tem sido bastante demandado. Apesar dos conflitos causados por esta demanda, todos os canis que acompanhei parecem empenhados em aparecer à sociedade não apenas para ganhar destaque e crédito pelo trabalho feito e pelas apreensões realizadas, mas para buscar reconhecimento social.

4.4 – Crime Organizado, Narcotráfico e Violência Urbana no Brasil

Foi a partir de meados dos anos de 1960 que o tráfico de drogas começou a se desenvolver de forma mais expressiva no Brasil. A expansão da estrutura criminosa em torno deste mercado ilegal afetou o cotidiano dos meios urbanos, principalmente na esfera da segurança pública. Com a consolidação das rotas de tráfico de maconha e de pasta base de coca, os preços destas drogas caíram e o mercado aumentou. Aumentou também, conseqüentemente, a quantidade de recursos econômicos disponibilizados

pelos agentes do crime como consequência da expansão do mercado surgem as disputas por territórios. Os grupos de narcotráfico aumentam seu armamento, cada vez mais pesado, e os índices de violência urbana se elevam (MISSE, 2010).

Assim como outros grupos de crime organizado, o narcotráfico acompanhou o processo de globalização (ATTINA, 1997; SANTOS 2004). Estes grupos acompanharam o desenvolvimento tecnológico em suas práticas, superaram as barreiras políticas e geográficas dos países, e formaram redes internacionais nas quais o capital circula por vários estado-nação (SANTOS, 2004). Muitas vezes o dinheiro produzido ilegalmente em um país é *lavado* em outros países.

Mas o problema do narcotráfico não se limita às ocorrências de tráfico e porte de drogas. Toda a estrutura paramilitar formada em torno do tráfico e suas formas de relação e resolução de conflito, que normalmente são baseadas na violência (MISSE, 2010; POLICARPO, 2013), acabam por gerar inúmeros outros crimes, como homicídios, sequestros, corrupção policial, roubos, assaltos a mão armada, dentre outros. Este fato é levantado pelo discurso dos *cachorreiros* em favor do desenvolvimento de sua especialidade. Defendem que o fator preventivo é o maior benefício que o policiamento com cães de detecção pode trazer à sociedade, pois ao retirar drogas de circulação, evitariam estes inúmeros crimes que seriam gerados por sua circulação na sociedade.

Com o aumento da atuação dos grupos narcotraficantes, dos seus recursos humanos e econômicos, e conseqüentemente dos efeitos de sua atuação no contexto da violência urbana, aumentaram também os esforços dos Estados para controlar estes grupos. Montou-se todo um aparato repressivo em torno da chamada *Guerra contra as Drogas*, termo que se popularizou a partir de um discurso do presidente norte americano Richard Nixon em 1971. Iniciada e liderada pelos EUA e tocada adiante forçosamente no chamado Terceiro Mundo, é talvez o maior exemplo de um empenho internacional contra grupos de crime organizado. Ela representa aquilo que Beck (1996) chama de novas formas de governabilidade da sociedade globalizada.

Segundo Santos, “a guerra contra as drogas faz parte de um todo articulado à volta da *questão social*, da *acumulação do capital* e dos *modos de exercício do poder político*, que caracteriza a democracia neoliberal *flexível* como regime-modelo à escala mundial” (SANTOS, 2004: 2-3). Países ricos viam bilhões de dólares de sua receita

serem enviados a países periféricos pelo consumo de drogas. Enquanto isso grupos narcotraficantes de países como Colômbia e Bolívia, como os cartéis de Medellín e Cáli, se enriqueciam.

Após décadas de insistente combate militar e violento contra o consumo de drogas, a maioria dos estudos atualmente expõem a derrota acachapante enfrentada pelos Estados contra os grupos de narcotráfico. Muitos policiais com os quais conversei durante o trabalho de campo assumiam ter consciência de que o enfrentamento ao tráfico de drogas, na atual situação, é *enxugar gelo*.

Talvez a principal crítica da atual forma de controle do consumo de drogas seja o fato de se tratar esta questão como uma guerra. Guerra esta que acaba sendo contra o cidadão comum, contra os grupos minoritários e classes dominadas, e não contra os atores do crime organizado (KRASKA, 2001; SANTOS, 2004). O efeito das práticas da repressão estatal ao tráfico de drogas gera efeitos sociais nefastos sobre as populações envolvidas (MISSE, 2010), pois a questão das drogas vai além da droga em si e do indivíduo que a consome, atingindo também uma contexto relacional onde vários atores individuais e institucionais possuem influência (POLICARPO, 2013).

No Brasil, a repressão ao tráfico de drogas, que já existia durante a Ditadura Militar, foi endurecida na década de noventa, principalmente nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Com leis mais severas e maior repressão pelo aparato policial, o resultado foi um encarceramento em massa de usuários e traficantes (MISSE 2002), porem o tráfico de drogas continuou a se expandir.

O país nunca foi um grande produtor de drogas nem de matéria-prima para estas (como são Peru, Colômbia e Bolívia), tendo apenas uma pequena produção de maconha no sertão nordestino e alguns laboratórios de refino de cocaína. O país é caracterizado por ser parte de rotas consolidadas do tráfico internacional, seja de produtos vindos pela chamada Tríplice Fronteira (Brasil Argentina e Paraguai) ou pela fronteira do Mato Grosso do Sul e da Amazônia, que normalmente vão para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e alguns estados nordestinos para de lá seguir para outros continentes (MISSE, 2002; POLICARPO, 2013). Nesta região já foram detectadas atividades de organizações criminosas como o Cartel de Pedro Juan Caballero, o Cartel Turco, a Tríade Chinesa e até a organização terrorista Amal Hezbollah (SHELAVIN, 2011), o que mostra a intensidade do mercado de práticas ilegais nesta região.

Esta condição de rota do narcotráfico internacional propicia condições para realização do policiamento com cães. Os recentes dados policiais que apontam para as regiões de Goiânia e Distrito Federal como regiões de recepção e distribuição de drogas geraram maiores cobranças nas políticas de fiscalização e investigação por parte das unidades especializadas em policiamento com cães.

Em regiões de fronteira, cabe ao Exército Brasileiro e à Polícia Federal a defesa das fronteiras e o controle dos crimes de tráfico. O serviço de inteligência da polícia Federal mantém esforços no sentido de coibir o tráfico de drogas e outros ilegais pelas fronteiras do Brasil, o que, dada a extensão destas fronteiras, não é trabalho fácil. Desde 1988, a PF tem utilizado da estratégia do uso de cães farejadores para auxiliar no enfrentamento do narcotráfico, em aeroportos, rodoviárias interestaduais e fronteiras internacionais.

Como destaca Santos (2004), a criminalização da produção, comércio e consumo de drogas acaba por gerar um mercado extremamente livre, já que não é regulado pelos Estados, que fica sob o controle do crime organizado e, assim, produz o criminoso e as representações que dele temos (MISSE, 2010). As práticas dos atores envolvidos neste mercado ilícito passa então a ser reguladas pelos mesmos, permitindo o uso irrestrito da violência como ferramenta de controle e regulação. Já foi dito o quanto nocivo é para a vida social o uso irrestrito da violência que a *guerra contra as drogas* legitima, principalmente nas ações de controle do crime.

O mercado de drogas ilegais começou a organizar-se nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde enraizou-se no comércio varejista de drogas nas regiões periféricas destas cidades. Nestas regiões os índices de violência urbana aumentaram devido aos violentos confrontos entre grupos de traficantes pela disputa de territórios e mercados, e aos confrontos com policiais e com milicianos (MISSE, 2011).

Assim, o enfrentamento do tráfico de drogas tomou lugar de destaque nas políticas públicas de segurança e nas práticas policiais. Pesquisas recentes mostram que o traficante ocupa um papel de destaque na ideologia maniqueísta acerca da violência urbana, sendo considerado o grande vilão, o *portador do mal* (MISSE, 2010; SANTOS, 2004) e, dessa forma, não se devem medir esforços, nem recursos, para combatê-lo. E

como os cães farejadores trabalham especificamente sobre o crime de narcotráfico, são vistos pela sociedade como heróis dada a condição dos *bandidos*⁷⁸.

78 Para uma discussão abrangente sobre a sujeição criminal e a categoria *bandido* vide Misse (2010)

3.5 – Usuários e traficantes, a nova Lei de Drogas e estrutura policial.

Era só mais uma dura
Resquício de ditadura
Mostrando a mentalidade
De quem se sente autoridade
Nesse tribunal de rua.⁷⁹

Durante o caminho entre o canil e a rodoviária interestadual de Brasília, os policiais comentavam comigo sobre o trabalho que realizariam. O alvo eram possíveis drogas em dois ônibus, um que vinha de Foz do Iguaçu, e outro que vinha do Mato Grosso. As rotas feitas por estes ônibus são conhecidas rotas do narcotráfico. Para isso levavam dois cães farejadores.

Chegando na rodoviária, foi escolhido um cão para iniciar o trabalho, o qual foi retirado da viatura e entregue ao policial que o conduziria. Outros policiais o acompanhavam durante a busca pelo pátio no qual os ônibus paravam para embarque e desembarque. Faziam não apenas a cobertura do *binômio*, mas também atentavam para as reações das pessoas quando percebiam a presença da fiscalização, buscando comportamentos que indicassem um suspeito.

Um dos ônibus alvo já havia chegado e seus passageiros esperavam para pegar suas bagagens. O cão foi levado entre os passageiros, depois para dentro do bagageiro ainda com a maioria das malas. Não sinalizou nada, e então os policiais continuaram pelos outros ônibus que estavam parados.

Não havia passado vinte minutos de operação quando o cão sinalizou indicando um rapaz que aguardava para retirar sua bagagem do ônibus. O policial o abordou e perguntou se ele estava com drogas. O rapaz respondeu que sim, com aproximadamente 15 gramas de maconha. Foi então conduzido a uma pequena sala onde estavam dois policiais que trabalhavam na rodoviária.

⁷⁹ Trecho da música *Tribunal de rua*, da banda O Rappa.

Foi feita então uma revista íntima no rapaz. Sua mochila e sua mala foram revistadas minuciosamente. Alguns objetos foram enfileirados no chão para que o cão novamente fizesse a busca, mas não foi encontrado nada além de algumas pontas de cigarros de maconha.

Depois da revista, o rapaz apreendido foi conduzido até a viatura e levado para uma delegacia. Lá ficou com um policial, enquanto eu voltei com os outros para o canil para deixar os cães e depois retornar para acompanhar o caso. No caminho até o canil os policiais comentavam que conduzir um usuário para a delegacia era algo que não compensava, pois exigia tempo e recursos humanos, e normalmente colocava fim à operação.

Quando retornamos à delegacia, a situação era a seguinte: Enquanto aguardavam um laudo pericial sobre as drogas encontradas com o garoto, o escrivão discutia com um policial se deviam ou não lavrar o termo circunstanciado⁸⁰. O escrivão defendia que este termo deveria ser lavrado e o procedimento legal concluído, e seu principal argumento era que não elaborar o termo seria desprezar o trabalho “dos nossos garotos”, que é como ele chamava aos policiais que tinham trazido a ocorrência. Já o outro policial, que dizia ter opinião amparada pelo delegado presente, dizia que o trabalho de lavrar o termo não compensava, pois havia outras demandas a serem atendidas. Dizia até que os policiais deveriam procurar outro lugar para levar aquele usuário, uma unidade com menos demanda.

Era nítido não só o constrangimento mas também o desgosto dos policiais que haviam conduzido o usuário até a delegacia com aquela situação. Mas foi decidido que o termo seria lavrado.

Passadas aproximadamente duas horas, chegou o resultado da perícia, com a informação de que o peso das drogas era de 16g. Quase não acreditei que a perícia, que havia demorado cerca de duas horas, consistia apenas na pesagem da droga. Podia então ser lavrado o Termo Circunstanciado. Os policiais assinaram, junto ao rapaz apreendido, que foi liberado logo depois de assinar. Por fim, os policiais me falaram: “te avisamos que ia demorar”.

80 A partir da vigência da Lei 11.343/06 não cabe prisão em casos de uso de drogas, definidos no artigo 28 desta mesma lei, e sim a assinatura de um termo circunstanciado no qual o usuário se compromete a comparecer a um Juizado Especial Criminal quando convocado, e a ele poderiam ser aplicadas penas alternativas.

Este relato é sobre uma das oportunidades em que acompanhei conduções de usuários para delegacias. Se comparadas em número com as oportunidades em que foram flagrados usuários, são infinitamente menores. Ou seja, dentre todas as vezes que presenciei o flagrante de usuários de drogas, foram muito poucas aqueles em que estes usuários foram conduzidos a uma delegacia para elaboração do termo circunstanciado. Isso em todas as três corporações policiais que acompanhei.

Quando questionados, a resposta era sempre praticamente a mesma. Conduzir um usuário de drogas a uma delegacia demandava tempo e recursos materiais e humanos para sua realização, normalmente isso inviabilizava a continuidade da fiscalização no local em que havia sido feito o flagrante. Além disso, chegando nas delegacias, o cenário que se encontrava regularmente era de uma total falta de disposição pelos policiais civis em lavrar o Termo Circunstanciado.

Dada esta situação, ganha força outro fato, que é o de o Termo Circunstanciado não acarretar prisão, mas sim alguma forma de pena alternativa. Regularmente policiais confidenciavam que sentiam seu trabalho de autuar usuários de drogas desmerecido pelas penas brandas que recebiam, quando recebiam. Como para grande parte dos policiais a prisão de criminosos é a finalidade central do seu trabalho (BITTNER, 2003), parecia que muitos policiais desenvolviam um elevado desinteresse em conduzir, de forma legal, os procedimentos de um flagrante de usuários de drogas.

Na situação narrada no início da seção, após ser lavrado e assinado por todos o termo circunstanciado, os policiais voltaram para o canil, onde relataram todo o acontecido aos outros colegas. A reação deles era unânime. Questionavam o porquê de terem conduzido o usuário à delegacia, ao invés de optar por uma resolução *informal*⁸¹ da situação. Muitos então começaram a dizer a forma como conduziam a abordagem de usuários, relatando que ao invés de se levar à delegacia, onde os policiais “tomariam *chá de cadeira* dos *charlie*⁸²” e onde o usuário “sairia pela porta da frente sem nenhuma punição”, costumavam empregar formas “educativas” e em seguida liberar os usuários.

81 Cabe ressaltar o sentido eufêmico do uso deste termo.

82 *Charlie* é um termo utilizado no meio policial para se referir aos policiais civis, da mesma forma como *papa mike* é utilizado para se referir aos policiais militares.

“(...) o que a gente tem experimentado aqui no DF é que algumas instituições, e nem é culpa delas, algumas delegacias de Polícia Civil, pra ocorrência ter um fim, o flagrante ser processado, demora bastante. Como o efetivo do canil é pequeno, então se a gente faz um deslocamento com o flagrante para a delegacia, o retorno daquilo é muito demorado. Então a rua fica desguarnecida o período que a gente está na delegacia. Se houvesse maior entrosamento entre as instituições, ou o próprio código de processo penal fosse mais enxuto e enxugasse esses procedimentos, acho que ficaria muito mais simples o flagrante ser entregue à justiça.” (Cachorroiro 7)

Alguns falavam em fazer o usuário comer a droga que tinha, outro dizia estimar quantos *baseados*⁸³ o usuário carregava consigo e desferir-lhe um tapa por *baseados* estimado. Cada policial dizia como costumava punir os usuários antes de liberá-los. Aqui cabe a ideia de Monet (2001) de que, no limite, alguns policiais se veem como missionários de uma moral, que devem, a qualquer custo, guiar as pessoas no caminho desta moral, evitando que siga os caminhos considerados errados. Agem como *empreendedores morais* (BECKER, 2008), impondo sua moral aos outros, pensando que assim estão lhes fazendo bem, sem questionar-lhes sobre sua vontade de aceitar a moralidade de suas regras.

Ainda segundo Monet (2001) este moralismo da cultura policial seria, em grande medida, para a apresentação de uma imagem para o público externo. Isso porque, segundo o autor, no campo interno às polícias o que prevalece é o *ethos* da masculinidade, o qual valoriza as atividades tidas como heterossexuais, como o uso legítimo da força como mediadora de conflitos. Durante as *duras* que os policiais costumavam dar aos usuários, havia sempre uma exacerbação do comportamento de virilidade, como o aumento do tom de voz, uso de xingamentos, agressões morais (normalmente que suspeitavam da masculinidade do usuário⁸⁴) e agressões físicas.

Em muitos casos de abordagens onde se constatou o uso de drogas, presenciei atos de abuso de força. Em todas as corporações. Poucas foram as vezes em que os

83 Cigarro de maconha.

84 Em nenhum momento do trabalho de campo acompanhei a apreensão de mulheres. Em todos os casos de usuários e traficantes que foram confirmados durante a fiscalização os indivíduos eram homens. Por mais que os cães não sofressem influência da sujeição criminal, a seletividade dos policiais mantinha os padrões já conhecidos, dentre os quais existe uma tendência a colocar as mulheres como comparsas ou até mesmo como vítimas, mesmo quando estas estão em situação igual ao dos outros indivíduos envolvidos (POLICARPO, 2013)

usuários foram conduzidos para a delegacia para o desfecho formal e legal da situação. Na maioria das vezes, o que ocorria era uma resolução *informal* da situação. A meu ver, assim como aqueles sob os quais recai a sujeição criminal e a categoria de *bandido* têm socialmente legitimada sua execução pela polícia (MISSE, 2010), aqueles sob o estigma de usuário de drogas estão sujeitos, no meio policial, a estas resoluções *informais*, chamadas por alguns de “educativas”. Seja por agressões físicas ou morais, nos mais variados níveis de intensidade.

Segundo Muniz & Paes-Machado (2010) a polícia, por possuir a legitimidade do uso da força, pode praticar atos abusivos contra cidadãos, na forma de castigos. Os autores entendem que as condições que propiciam este fato são “*os juízos morais de culpabilidade dos suspeitos, a desconfiança no sistema formal de justiça penal (...) e a exigência de uma demanda social para que os policiais atuem como executores de castigos contra determinadas “clientelas”*” (MUNIZ & PAES-MACHADO, 2010 : 445). E foi exatamente isso que constatei a partir o trabalho de campo

Segundo Grillo, Policarpo & Veríssimo (2011), depois da nova Lei de Drogas, o número de casos de uso de drogas caiu drasticamente, enquanto aumentou o número de casos de tráfico de drogas, o que sugeriria que muitos desses casos estão sendo “solucionados” na rua, na abordagem policial, num *tribunal de rua*⁸⁵. Para Policarpo (2013) esses casos envolvem a negociação daquilo que Misse (2002) chama de *mercadorias políticas*.

Os fatos observados em meu trabalho de campo seguem o mesmo caminho do que dizem estes autores. A constatação é que a nova Lei de Drogas, longe de solucionar a questão, modificou o cenário trazendo novas perversões à este tipo de política. Os usuários ficaram à mercê da arbitrariedade policial e também das resoluções *informais* das situações.

Considerações Finais

A proposta deste trabalho foi, em primeiro lugar, trazer um estudo exploratório sobre um objeto que, no Brasil, ainda não é discutido sob o olhar da sociologia, que é o policiamento com cães. Este empenho foi realizado em duas frentes, uma acerca das

⁸⁵ Referência à música citada no início desta seção.

especificidades relacionadas à identidade profissional dos policiais, e outra sobre temáticas que envolvem o policiamento com cães, a segurança pública e a sociedade.

Para isto foi realizado um trabalho de campo com viés etnográfico em três canis policiais no Distrito Federal, o BpCaes, o GOC e o SECAN, acompanhando a rotina de trabalho tanto interna quanto externa. Ao final do trabalho de campo foram realizadas entrevistas com alguns policiais a fim de aprofundar em questões pontuais.

Na primeira parte do trabalho, sobre as especificidades relacionadas à identidade dos *cachorreiros*, foram analisadas questões acerca da formação dos policiais, da sua rotina de treinamentos, da dicotomia *pets/animais* de trabalho e do *binômio* policial/cão.

Sobre os cursos de formação e especialização em trabalho com cães policiais foi constatado que estes, além de oferecerem as técnicas e teorias necessárias ao trabalho, funcionam também como ferramenta de seleção dos policiais aptos à pertencer à unidade especializada. Esta seleção ocorre tanto através da avaliação dos alunos dos cursos quanto através da indução à desistência daqueles tidos como incapazes ou indesejados. Aqueles que são aprovados nos cursos, recebem então permissão para trabalhar nos canis e se formarem e serem futuramente reconhecidos como *cachorreiros* pelos pares.

Os cursos também possuem a função, latente, de estabelecer redes de contato entre policiais que trabalham com cães no país e até fora dele. Estas redes são mais eficientes que o diálogo institucional entre as corporações policiais, e muitas vezes colocam em diálogo atores que estão localizados em instituições em conflito uma com a outra, como é o caso entre as corporações policiais.

Dada a singularidade da ferramenta de trabalho dos *cachorreiros*, o cão, as rotinas de treinamento são constantes e intensas, mas são realizadas de forma diferente por cada policial. Neste sentido o comprometimento com essa rotina de treinos é utilizada como elemento de avaliação dos policiais, seja através de seu desempenho, seja através do desempenho do seu cão. Esta relação aparece quando os policiais dizem que os cães são apenas reflexo do trabalho de seus respectivos policiais. Assim, a manutenção de uma rotina intensa de treinamentos marca aqueles considerados pelos pares como bons *cachorreiros*.

Também são tomadas pelos *cachorreiros* como marcas de sua identidade os reflexos, muitas vezes negativos, da intensa rotina de trabalho sobre suas vidas pessoais, seja na forma de reclamações de suas companheiras pelo pouco tempo em casa ou pelas longas viagens para cursos, seja pelos gastos financeiros próprios em prol de melhorias no trabalho e na qualidade de vida dos cães que conduzem.

Outro traço distintivo dos policiais que trabalham com cães é a diferença de tratamento que deve ser concedido aos cães de trabalho quando comparado ao tratamento dado a cães *pets*. As representações sobre animais *pets* são adquiridas na socialização primária da maioria dos indivíduos, e nas experiências individuais com animais de estimação. Estas representações são predominantes na sociedade, principalmente se levado em consideração a pequena tradição do Brasil em cães de trabalho, seja para o trabalho policial, seja para o trabalho de pastoreio.

Os *cachorreiros* então são capazes de tratar os cães de trabalho como tal, a partir das técnicas aprendidas nos cursos e na experiência de trabalho. Aqueles que humanizam seus cães como se estes fossem *pets* são mal avaliados pelos pares, muitas vezes considerados inaptos a formar cães ou a formar *binômios*.

O *binômio*, unidade de policiamento formado pelo cão e seu condutor, aparece como categoria central para o trabalho dos policiais. É estabelecido através de uma relação de intimidade comunicativa entre suas duas partes, de forma a cada parte compreender os mais discretos sinais de comunicação. O cão deve entender os comandos do policial e cumpri-los de forma correta, enquanto o policial deve conseguir perceber a linguagem corporal e vocal do seu cão.

O estabelecimento do *binômio* é considerado necessário para que se atinja um grau elevado de eficiência no trabalho. Ele se estabelece principalmente a partir do convívio contínuo, em treinamentos e trabalhos, entre o cão e seu condutor, ou condutores. O *cachorreiro* deve ser capaz de formar um *binômio* com cães diferentes e ao mesmo tempo formar cães que sejam aptos a formar *binômios* com qualquer outro policial. A dependência de um cão por um policial, e vice-versa, é vista como negativa pelos policiais.

Os cursos permitem a entrada dos policiais nas unidades especializadas, selecionam os mais aptos e formam redes de contato e informação entre *cachorreiros* de

diversos lugares e instituições. Fornecem as noções técnicas sobre animais de trabalho e sobre a formação de *binômios* com os cães, traços identitários reivindicados pelos que se intitulam *cachorreiros*.

A segunda parte da pesquisa partiu da ideia de que o estudo de formas de policiamento especializados apresentaria questões de segurança pública que não ficam explícitas aos olhos do senso comum. Esta empreitada também se mostrou bem sucedida, ofertando alguns pontos de questionamento acerca das atuais estrutura e políticas de segurança pública, como sobre o tráfico de drogas, sobre a instrumentalização dos cães para intuito de coerção e repressão social e para comunicação e aproximação com a sociedade, sobre abordagens policiais com cães e sobre a atual estrutura jurídico-policial de enfrentamento ao tráfico e uso de drogas.

Inicialmente fui a campo com a hipótese de que o policiamento com cães seria uma forma mais democrática, ou seja, menos sujeita aos processos de sujeição criminal, e menos violenta. O que foi constatado derrubou esta hipótese, já que os cães são conduzidos pelos policiais a partir da sujeição criminal que estes interiorizaram. Ao mesmo tempo a presença dos cães em abordagens não substituiu nenhum dos processos padrões, como a revista íntima ou a interpelação oral. O cão foi apenas uma forma de revista adicionada ao já tradicional modelo de abordagem policial.

Já em campo, constatei que apenas a presença do cão, seja trabalhando em detecção, seja em ronda e patrulha, possui uma força de repressão que é instrumentalizada pelos policiais a partir das representações que a sociedade compartilha sobre cães policiais e sobre as características de cada raça. Dessa forma, para patrulhas e contenção de distúrbios são utilizados cães de raças conhecidas como agressivas e violentas, não apenas pelo porte físico, mas por representações construídas socialmente acerca de cada raça. O medo que geralmente se tem destes animais é utilizado pelos policiais, conscientes desta condição, como ferramenta coercitiva.

Mas não apenas as representações de medo e cuidado em relação a determinados cães são instrumentalizadas pelas corporações policiais. Por serem animais geralmente amados pela sociedade em geral e que despertam sentimentos positivos, são constantemente utilizados como instrumento de comunicação e aproximação entre a polícia e a sociedade. Isto ocorre através de apresentações em escolas e eventos públicos, de matérias veiculadas em mídia e através de redes sociais. Este uso,

singularmente, gera algumas controvérsias entre os *cachorreiros*, pois alguns entendem que estas demandas geram alto custo ao estado e atrapalham a formação dos cães e a rotina dos canis.

Percebe-se aqui uma ambiguidade presente no uso dos cães pelas corporações policiais. Ao mesmo tempo em que estes animais são instrumentalizados como ferramentas de coerção e controle social, são utilizados como estratégia de aproximação e diálogo com a sociedade.

Por fim a análise do policiamento especializado com cães permitiu constatar efeitos nefastos da Nova Lei de Drogas para os usuários. Desde a aplicação desta lei em 2006 estudos mostram que cada vez menos usuários chegam às delegacias, enquanto cada vez mais traficantes são entregues à justiça como tal. As observações em campo constataram que a maioria dos usuários não é conduzido a alguma delegacia para que seja lavrado e assinado o termo circunstanciado de comparecimento em juízo. Ao invés disto, os usuários ficam à mercê de castigos e agressões, físicos e morais, por parte dos policiais que, tanto pela descrença no sistema punitivo quanto para evitar situações de conflito em delegacias, assumem a posição de empreendedores morais e aplicam as penas informais que acham cabíveis à situação.

O estudo do policiamento com cães mostrou como é frutífero à sociologia o estudo do policiamento especializado e também, em escala diferente, a relação entre homem e animais, oferecendo novos campos de pesquisa.

Bibliografia

ADAMS, C. *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012

ALEXANDRE, R. R. *Normatização do emprego do cão policial de captura como instrument menos letal. Monografia – Curso de Pós-Graduação, Ordem Jurídica e Ministério Público (FESMPDFT)*, 2015.

ATTINA, F. *Globalization and crime. The emerging role of international institutions*. Jean Monnet Working Papers in Comparative and International Politics, 1997.

BAYLEY, D. H. *Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: EdUSP, 2002.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, U. *Teoria de la sociedad del riesgo*. In BARIAIN, J. *Las consecuencias Perversas de La Modernidad*. Barcelona: Anthropos, 1996.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: EdUSP, 2003.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRYANT, C. *The Zoological Connection: Animal-Related Human Behavior*. Social Forces 58(2): 399-421, 1979.

CASTRO, C. *O Espírito Militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, P. A. L. *Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações Especiais da PMDF*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, A. T. M. *Como as Democracias Controlam as Polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial*. Novos Estudos. CEBRAP, v. 70, n.3, p. 65-78, 2004.

Decreto nº 31.793, de 11 de junho de 2010. Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal. Estrutura Geral. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controlLegislacao2/PDF/1715.pdf>>.

FIORONE, F. *Enciclopédia Canina: O Cão e o Seu Mundo*. Volume II, Ed. Rizzoli. Milan, 1970.

GARLAND, D. *A cultura do controle - Crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2008.

SILVA, G. *A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975
-. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988

GOLDSTEIN, H. *Policinando uma sociedade livre*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GRILLO C., POLICARPO, F. & VERÍSSIMO, M. “A ‘dura’ e o ‘desenrolo’: Efeitos práticos da nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro”. *Revista de Sociologia e Política*, 2011, Vol. 19, no 40, pp. 135-148.

HARA, S. *Managing the dyad between independence and dependence: case studies of the american elderly and their lives with pets*. *Internacional Journal of Japanese Sociology*, v. 16, n. 1, 2007.

INGOLD, T. *Humanidade e Animalidade*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 28, 1995.

IRVINE, L. *Animals and Sociology*. *Sociology Compass*, Blackwell Publishing Ltda, Colorado, v. 2, n.6, 2008

KANT DE LIMA, R. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KONECKI, K. T. *Pets of Konrad Lorenz: Theorizing in the social world of pet owners*. *Qualitative Sociology Review*, v. 3, n. 1, 2007.

KRASKA, P. B. *Militarizing the American Justice System*. Boston: Northeastern University Press, 2001.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios de Antropologia Simétrica*. Rio de

Janeiro: Editora 34. 1994

LEIRNER, P. C. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia military*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

MARTINS, J. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, M. J. S. *Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF*. 2012. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012

MISSE, M. *Crime, Sujeito e Sujeição Criminal. Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido*. Lua Nova (Impresso), v. 79, p. 15-38, 2010.

-*Crime comum e crime organizado no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades*. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 13-25, 2011

- *O movimento: A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência*. Tempo presença, Rio de Janeiro, v. 24, 2002.

-*O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política*. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.18, p. 68-79, 2002

MOODY, J. A. C. & MURPHY, K.E. *Working dog: History and applications*. Dakota Publications, 2006.

MONET, J. C. *Polícias e Sociedade na Europa*. São Paulo: Edusp, 2001

MONJARDET, D. *O que faz a polícia: Sociologia da Força Pública*. São Paulo: EdUSP, 2002)

MUNIZ, J. *A crise das identidades das PMs brasileiras: Dilemas e paradoxos da Formação Educacional*. Security and Defense Studies Review, v.1, pp. 177-189, 2001.

MUNIZ, J. & PAES-MACHADO, E. *Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento*. Caderno CRH, Salvador, v.23, n. 60, 2010.

NOGUEIRA, A. H. *Aplicação dos cães de detecção de substâncias e sua importância para a Polícia Militar do Distrito Federal*. Monographic – Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública SOL/UnB, 2015.

OLIVEIRA, S. B. C. *Sobre homens e cães: um estudo antropológico sobre afetividade, consume e distinção*. Dissteração (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós GRaduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

POLICARPO, F. *Velhos usuários e jovens traficantes? Um estudo de caso sobre a atualização da nova Lei de Drogas na cidade do Rio de Janeiro*. Revista DILEMAS, v. 06, n. 1, 2013

PONCIONI, P. *O modelo policial profissional e a formação do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n.3, p. 585-610, 2005.

PORTO, M. *Mídia, Segurança Pública e Representações Sociais*. Tempo Social (USP. Impresso), v. 21, p. 211-233, 2009.

REINER, R. *A Política da Polícia*. São Paulo, Edusp – Série Polícia e Sociedade 11, 2004.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição e Estrutura Social*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTOS, D. *Drogas, globalização e direito humanos*. Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, n. 16, 2004.

SERPELL, J. A. *Antropomorphism and Antropomorphic Selection – Beyond de “Cute Responde”*. Society & Animals, Leiden, v. 11, n.1, 2003.

SOARES, L. E. *A política nacional de segurança pública; histórico, dilemas, e perspectivas*. Revista preleção, v. 1, p. 47-74, 2007.

SCHELAVIN, J. I. *Ações de controle do crime organizado: Dimensões do fenômeno e desafios ao sistema penal brasileiro*. Florianópolis: UFSC, Dissertação de Mestrado, 2011.

STORANI, P. *Vitória sobre a morte: a glória prometida. O rito de passagem na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ*. Rio de Janeiro: UFF. Dissertação de mestrado, 2008.

WACQUANT, L. *Corpo e Alma – Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1991.

WIEVIORKA, M. *O novo paradigma da violência*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 5-41, 1997.